



DT nº 2 Versão 3

Maio/2016

Agrupamentos gerenciais

DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Documento Técnico preliminar elaborado pela Assessoria de Gabinete da Presidência do ICMBio

Proposta para organização das unidades de conservação federais em agrupamentos voltados a aumentar a sua eficiência gerencial, reduzir os seus custos operacionais e orientar a sua gestão para enfoques ecossistêmicos e macroterritoriais.

Essa terceira versão do Documento Técnico incorpora as sugestões recebidas até o mês de maio de 2016. Nesta atualização, é anexada a Portaria ICMBio nº229, de 12/05/2016, que estabelece procedimentos para a organização das UCs federais em agrupamentos gerenciais e define propostas prioritárias de agrupamentos para o biênio 2016-2017.

O presente trabalho conta com apoio de cooperação técnica estabelecida entre o ICMBio e a organização *The Nature Conservancy – TNC*.

Agrupamento de UCs: conceito e objetivos

Conceito

Chamamos de **agrupamentos de UCs** a integração e articulação gerencial de unidades de conservação destinados a proporcionar maior eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais nessas áreas protegidas.

Objetivos dos agrupamentos

A proposta de organização das UCs federais em agrupamentos gerenciais está voltada ao alcance dos seguintes objetivos:

1. Avançar para uma nova perspectiva de gestão das unidades de conservação federais baseada na conservação da biodiversidade e da natureza em espaços e paisagens mais amplos e em melhor integração com o seu entorno.
2. Maximizar os resultados de conservação através da otimização gerencial, dos ganhos em escala, da maior racionalidade e eficiência administrativa e da melhor alocação de recursos humanos.

Esses objetivos alinham-se ao propósito assumido na Meta 11 do Plano Estratégico da **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB** para o período de 2011 a 2020 (Metas de Aichi).

Até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. (Meta 11)

Tipologia de agrupamentos gerenciais

Conforme os seus objetivos, a sua proximidade geográfica e o modo como viabiliza o processo gerencial entre as unidades de conservação participantes, os agrupamentos de unidades de conservação são enquadrados em duas modalidades: **Núcleos de Gestão Integrada – NGI** e **Arranjos de Apoio Mútuo – APM**.

Núcleo de Gestão Integrada – NGI

Nessa modalidade de agrupamento, as unidades de conservação federais participantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, estruturando as políticas e ações de conservação da biodiversidade, e de uso sustentável de seus recursos associados, de uma forma mais efetiva e melhor articulada às possibilidades e às pressões que incidem sobre todo o território em conservação. Os agrupamentos desse tipo constituem uma reformulação institucional de caráter estruturante, onde as prioridades de gestão nas UCs são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passam a ser pensadas e executadas para todo o território. No seu desenho organizacional, estabelecido em Portaria institucional específica para esse fim, haverá a designação de um “chefe de território” e diferentes serviços de apoio definidos conforme as prioridades de ação estabelecidas pelas equipes que integram esse agrupamento.

O Núcleo de Gestão Integrada será formado pelo agrupamento de UCs **contíguas** ou **próximas**, com objetivos de manejo **complementares** ou **similares**, que podem ser geridas sob uma **mesma perspectiva macro territorial** orientada para o alcance de seguintes objetivos:

- 1) A adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas.
- 2) A maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais no seu território.
- 3) O alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais e da melhor expressão das complementariedades funcionais das unidades de conservação participantes.
- 4) A melhor integração das unidades de conservação com o seu entorno e região.

Arranjo de Apoio Mútuo – APM

O Arranjo de Apoio Mútuo agrupa unidades de conservação federais visando melhorar sua capacidade gerencial e instrumental para alcance de seus objetivos de conservação. O propósito desses agrupamentos é a elaboração de ações conjuntas que aumentem sua eficiência gerencial-administrativa (p.ex., compartilhamento de sede e equipamentos) e a eficácia e efetividade de suas ações finalísticas (p.ex., ações integradas de fiscalização e combate a incêndios). Tais arranjos são uma estruturação institucional de caráter temporário, podendo ser revistos e alterados quando as condições materiais e institucionais indicarem que tais desenhos administrativos não são mais eficientes ou necessários.

Unidades de conservação com gestão singular

As unidades de conservação federais identificadas como de gestão singular não se adequam à composição de nenhum dos agrupamentos propostos, seja porque se encontram numa condição de isolamento territorial que não favorece essa integração, seja porque apresentam um elevado grau de complexidade de gestão que justifica a manutenção de sua gestão em um padrão singularizado.

A estratégia de implementação dos novos agrupamentos gerenciais

A constituição dos agrupamentos de UCs federais se dará numa estratégia de implementação baseada em três ciclos.

Num primeiro momento, denominado como **ciclo de inovação**, agrupamentos pilotos das duas modalidades (NGI e APM) serão implantados em todo o território nacional. Nesta primeira fase, a escolha das áreas piloto se dará por meio da indicação das unidades de conservação cujo acompanhamento é considerado prioritário pelas Coordenações Regionais e por Coordenações de áreas específicas que respondem pelos principais processos finalísticos realizados nas unidades. Por seu caráter inovador, essa fase inicial buscará especialmente a participação das equipes de UCs que manifestem sua disposição e preparo para o desafio da construção coletiva dessa política institucional. Nesse ciclo de inovação serão construídas as bases para a estruturação do programa de organização das unidades de conservação federais em agrupamentos gerenciais, tais como:

- (i) os instrumentos normativos para afirmação dos agrupamentos;
- (ii) o desenvolvimento de procedimentos internos que viabilizem o alcance dos objetivos da integração entre as unidades de conservação;
- (iii) a busca por apoio financeiro e institucional para planejamento e implementação dos agrupamentos;
- (iv) o desenvolvimento da estratégia institucional para articulação política e gerencial dos agrupamentos com outras áreas protegidas de seu contexto regional, objetivando a formação de mosaicos e corredores;
- (v) o monitoramento e avaliação preliminar dessa proposta institucional.

Num segundo momento, denominado **ciclo de expansão**, um novo conjunto de agrupamentos será implantado tomando por base o modelo de implementação e os instrumentos desenvolvidos no primeiro ciclo. A escolha dos agrupamentos será feita por meio de chamada interna, e visa aplicar a política institucional de organização das UCs federais nas áreas que se encontrem preparadas para a sua adoção.

Por fim, num terceiro momento, denominado **ciclo de consolidação**, o modelo será estendido a todo o subsistema federal de unidades de conservação.

Como meta inicial do programa, espera-se alcançar a implantação de 15 a 30% das propostas de agrupamentos na sua primeira etapa (**ciclo inovação**); de 60% na segunda etapa (**ciclo expansão**) e das demais na etapa final (**ciclo consolidação**). O primeiro ciclo será iniciado em maio de 2016 e os demais acontecerão em intervalos de um ano.

Considerações finais desta terceira versão do documento técnico

A versão inicial desse documento foi elaborada em fevereiro de 2016, a partir de uma provocação estritamente territorial, onde propostas de agrupamentos foram formuladas com base exclusivamente da localização geográfica das unidades de conservação. Esse documento foi remetido para a avaliação dos Coordenadores Regionais e suas equipes técnicas, com sugestão também para sua divulgação entre as unidades de conservação.

Na segunda versão da proposta de agrupamentos de UCs federais foram apresentados os primeiros desdobramentos da discussão técnica desencadeada pela versão de fevereiro. Por sugestão dos contribuintes, adotou-se uma simplificação no modelo conceitual, reduzindo as tipologias de agrupamentos a apenas duas modalidades. Por sua vez, as propostas preliminares submetidas a avaliação foram aperfeiçoadas à luz das contribuições apresentadas pelas Coordenações Regionais, definindo um “mapeamento de opções” mais realista e adequado às condições locais.

Nesta terceira versão foram realizadas correções pontuais a partir das colaborações recebidas pelo Gabinete da Presidência até maio de 2016. Foi também realizada a identificação dos agrupamentos prioritários a serem implementados no primeiro ciclo do programa, a partir de informações fornecidas pelas Coordenações Regionais e por Coordenações de áreas específicas. Essas informações consolidadas estruturaram a formulação da Portaria ICMBio nº229, de 12/05/2016, que segue em anexo a este documento.

Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 01

NGI Cuniã – Jacundá

FLONA Jacundá, ESEC Cuniã e RESEX Lago do Cuniã

Atualmente, a gestão das UCs ocorre de forma integrada. Entretanto, não há a figura de um “chefe” ou “coordenador” da gestão integrada. A proposta apresentada pela equipe é de criar uma nova nomenclatura para essa função, chamada de **Coordenação Territorial** Cuniã-Jacundá. As equipes das UCs sugerem a estruturação de suas ações gerenciais na seguinte configuração:

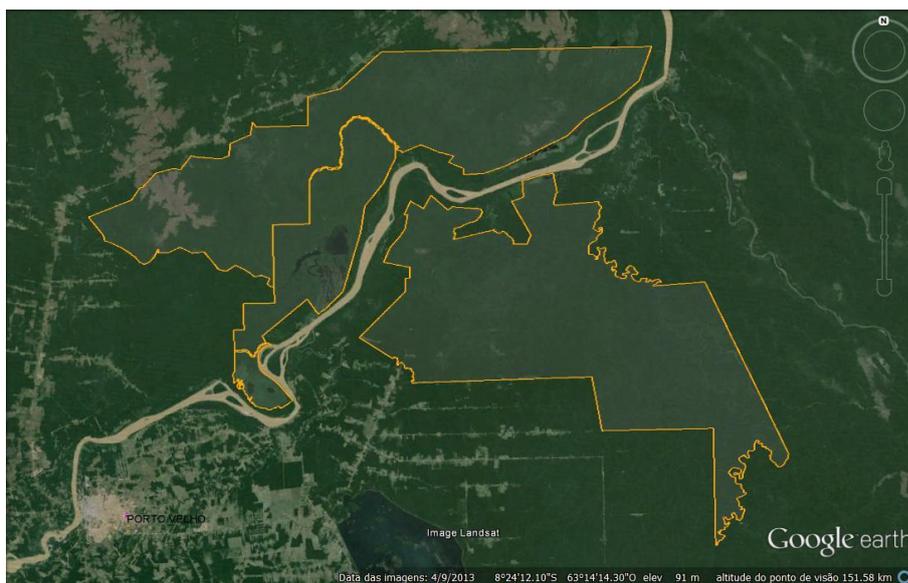
Coordenação Territorial (*Coordenador Territorial de Gestão Socioambiental*).

Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos:

(i) responder pela coordenação das três unidades; (ii) definir prioridades de ação em conjunto com coordenações técnicas; (iii) assinar ofícios, ordens de serviço, portarias, ordens de fiscalização e boletins de frequência; (iv) receber e despachar os processos administrativos; (v) coordenar contrato BR Supply; (vi) coordenar projeto KFW; (vii) gerir contratos de prestação de serviços; (viii) administrar patrimônio, veículos e embarcações; (ix) acompanhar processos de regularização fundiária; (x) acompanhar processos de revisão de limites; (xi) acompanhar demarcação e sinalização; (xii) acompanhar pareceres técnicos de empreendimentos.

Coordenação de Proteção (*Coordenador de Proteção, Coordenador de Fiscalização e Coordenador de brigada de combate aos incêndios florestais*). Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) elaborar e executar o PLANAF (planejamento, monitoramento e execução das atividades fiscalizatórias); (ii) gerir o SCDP; (iii) elaborar relatórios consolidados; (iv) receber e dar encaminhamento a comunicações de crime; (v) receber e apurar denúncias; (vi) acompanhar processos de autos de infração; (vii) analisar PMFS do entorno; (viii) coordenar brigada de combate aos incêndios florestais.

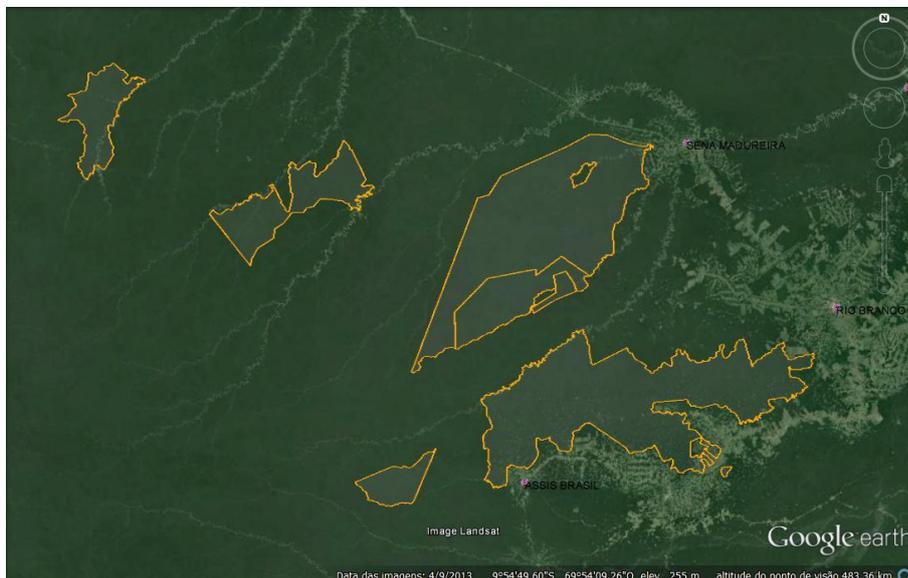
Coordenação de Gestão Participativa, uso e manejo dos recursos da sociobiodiversidade (*Coordenador de Gestão Participativa*). Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) acompanhar reuniões de Conselho; (ii) monitorar dos planos de ação; (iii) acompanhar processos administrativos dos Conselhos; (iv) elaborar e acompanhar perfil do beneficiário e Acordos de Uso; (v) atendimento dos beneficiários e usuários e emissão de declarações; (vi) acompanhar visitação e educação ambiental; (vii) acompanhar plano de manejo; (viii) gerir SISBIO; (ix) gerir grade PPBio; (x) acompanhar programa de monitoramento da biodiversidade; (xi) apoiar pesquisa.



NGI Rio Branco

RESEX Chico Mendes, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Alto Tarauacá, FLONA Macauã, FLONA São Francisco, FLONA Santa Rosa do Purus. ESEC Rio Acre e ARIE Seringal Nova Esperança

No NGI Rio Branco, além de uma base central na cidade de Rio Branco, seriam mantidas duas bases avançadas em Sena Madureira e Brasiléia, atendendo a estratégia de gestão e a necessidade de manter alguns servidores no interior do Estado. Além desses servidores, seria criado um rodízio entre os servidores da capital, a fim de que permanecesse sempre algum analista nessas duas localidades durante o mês. A RESEX Alto Tarauacá possui processo administrativo no qual solicita a transferência da sua sede da cidade de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, tendo em vista o ganho na



gestão socioambiental e a efetiva melhora na logística para atividades de campo, visto que os moradores nunca foram procurá-los em Cruzeiro do Sul, em virtude da dificuldade de acesso. Nesse contexto, destaca-se também a inexistência de conexão no transporte aéreo ligando a cidade de Cruzeiro do Sul com a cidade de Jordão, ao contrário do que ocorre com Rio Branco, que tem voos diários com destino a Jordão. A ESEC Rio Acre optou por unir-se às demais unidades do NGI Rio Branco em razão da inviabilidade de realizar atividades isoladamente – pois a cidade de Assis Brasil, com 5 mil habitantes, não oferece as mínimas condições para a permanência por longo prazo para os servidores – além da possibilidade de reduzir custos operacionais com o fechamento do escritório local. Os servidores fariam o deslocamento de Assis Brasil para Brasiléia, ficando a pouco mais de 100 Km de distância da antiga sede, atendendo demandas dos moradores do entorno e passando a atuar em parceria estreita com as demais unidades. Nessa configuração, também atuariam no atendimento ao público beneficiário da RESEX Chico Mendes e ARIE Seringal Nova Esperança, em Brasiléia, sem prejuízo das atividades ora realizadas. As equipes das UCs sugerem a estruturação de suas ações gerenciais na seguinte configuração:

Coordenador Territorial. Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) planejamento estratégico e operacional; (ii) representação e articulação institucional; e (iii) comunicação social.

Coordenação de Proteção, Sinalização e Limites e Central de Geoprocessamento. Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) fiscalização; (ii) sinalização; (iii) incêndios florestais; e (iv) confecção de mapas relacionados à proteção e também subsidiariamente para a regularização fundiária.

Coordenação de Gestão Socioambiental. Atuar no planejamento, supervisão e execução de atividades relacionadas aos processos: (i) produção extrativista; (ii) Conselhos; (iii) relação com beneficiários e usuários; e (iv) instrumentos de gestão e educação ambiental.

Coordenação de Pesquisa, Monitoramento, Licenciamento e Regularização Fundiária. Atuar no planejamento, supervisão e execução de atividades relacionadas aos processos: (i) pesquisa e monitoramento; (ii) manejo da biodiversidade; (iii) licenciamento ambiental; e (iv) regularização fundiária.

Coordenação de Planejamento, Administração e Logística. Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) transporte; (ii) gestão de pessoal; (iii) administração de patrimônio; (iv) gestão financeira de projetos (ARPA) e contratos.

NGI Sul do Amazonas

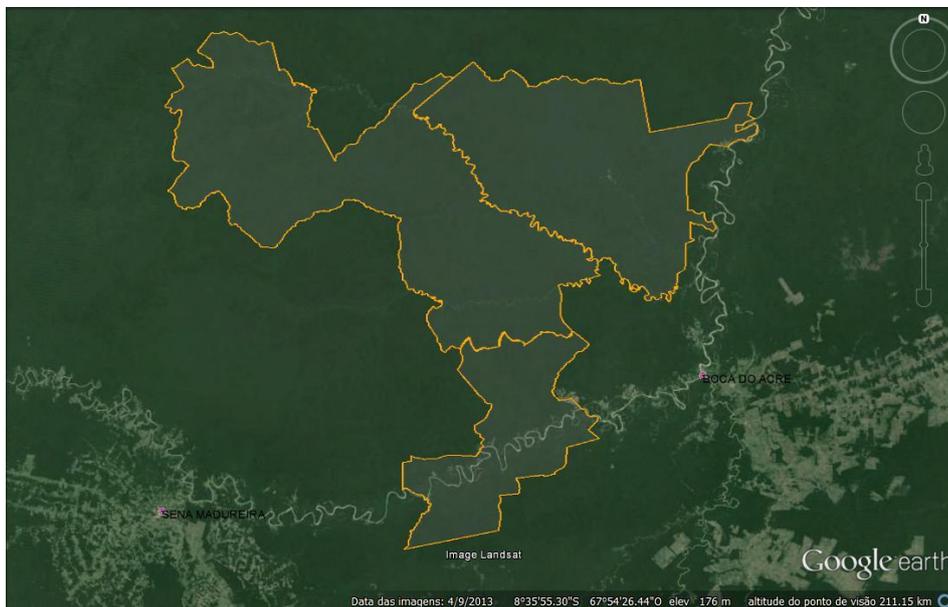
FLONA Mapiá-Inauini, a FLONA do Purus e a RESEX Arapixi

As equipes das unidades integrantes desse NGI sugerem a estruturação de suas ações gerenciais na seguinte configuração:

Coordenador Territorial. Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) planejamento estratégico e operacional; (ii) representação e articulação institucional; (iii) comunicação social.

Coordenação de Proteção, Sinalização e Limites. Atuar nas seguintes funções e acompanhamentos: (i) fiscalização; (ii) sinalização; (iii) licenciamento ambiental; e (iv) regularização fundiária.

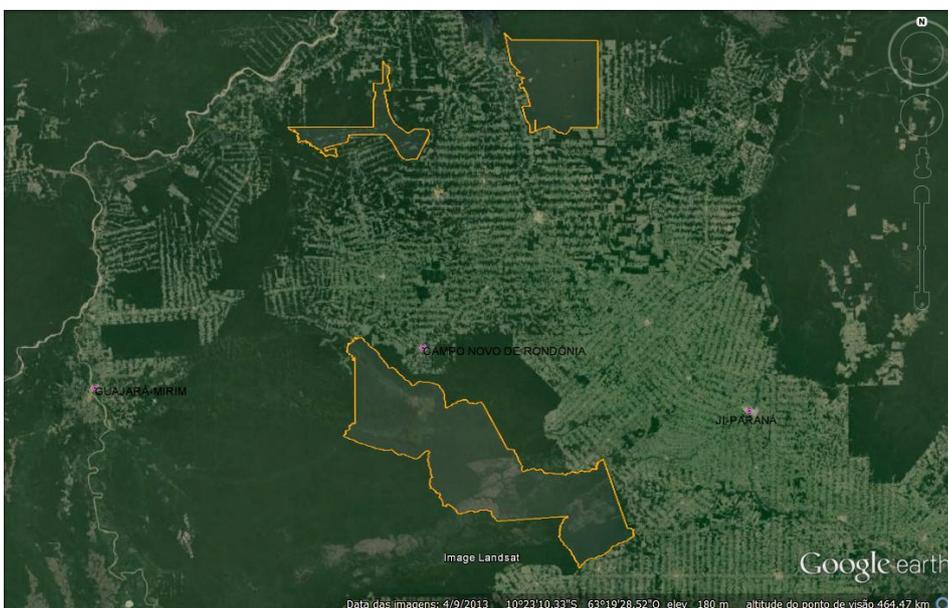
Coordenação de Gestão Socioambiental. Atuar no planejamento, supervisão e execução de atividades relacionadas aos processos: (i) produção extrativista; (ii) Conselhos; (iii) relação com beneficiários e usuários; (iv) instrumentos de gestão e educação ambiental; (v) pesquisa e monitoramento; e (vi) manejo da biodiversidade.



APM Vale do Jamari

FLONA do Bom Futuro, a FLONA do Jamari e o PARNA dos Pacaás Novos

A FLONA do Bom Futuro, a FLONA do Jamari e o PARNA dos Pacaás Novos tem a intenção de formar/formalizar o Arranjo de Apoio mútuo do Vale do Jamari. Como é de conhecimento de todos, ocorre uma Operação Nacional na FLONA do Bom Futuro que, além de atender as demandas da UC, desde meados 2014 atende as demandas emergenciais de fiscalização na FLONA do Jamari e, desde fevereiro de 2015, também atende as ações emergenciais de fiscalização no PARNA de Pacaás Novos. Levando



em consideração a localização das UCs na região de Rondônia denominada Vale do Jamari (região marcada por conflitos agrários, grilagem, roubo de madeira e outros ilícitos ambientais), afinidades de gestão, compartilhamento de recursos e logística, bem como, os bons resultados nas ações integradas de fiscalização, solicitamos a apoio da Sede do ICMBio na formalização do citado APM. A manutenção da Base de fiscalização em Bom Futuro e fortalecimento desta é de fundamental importância para a continuidade dos avanços na proteção das UCs citadas.

Hoje, na atividade de fiscalização em Bom Futuro, contamos com uma equipe de 06 policiais da Companhia de Operações Especial de Rondônia – COE e dois fiscais do ICMBio, que com todo o empenho e dedicação, atendem minimamente as demandas de fiscalização das UCs parceiras. Para termos melhor efetividade no APM necessitamos de um aporte de mais 2 policiais em nossa equipe de campo, e se possível, um DAS1 para recrutarmos um outro servidor para compor nosso Arranjo de Apoio Mútuo. As equipes das UCs sugerem a articulação de suas ações gerenciais nas seguintes áreas:

Proteção, fiscalização e incêndios florestais: (i) criação de uma base de fiscalização única para as 03 UCs utilizando como base física a FLONA do Bom Futuro, porém realizando atividades de fiscalização ininterruptas nas 03 UCs, como meio de diminuir a ocorrência de crimes ambientais na região; (ii) aporte de 08 policiais militares e 02 fiscais para que ocorra efetividade no cumprimento das rondas e operações na região, considerando que atualmente as UCs formadoras do APM contam apenas com 6 servidores para atender uma área total de 1.028.163,03 hectares; (iii) construção de calendários e planejamento de ações de fiscalização em conjunto; (iv) identificação e busca de agentes de fiscalização para operações; (v) construção de agendas de cursos em conjunto para os processos de divulgação, pré-seleção e curso de formação de forma que os instrutores das três unidades sejam capazes de ministrar os cursos sem a necessidade de instrutores de outras regiões do país; (vi) realização de capacitação complementar da brigada em conjunto; (vii) elaboração de Sistema de Comando de Incidentes comum às três UCs, estabelecendo os procedimentos para auxílio mútuo.

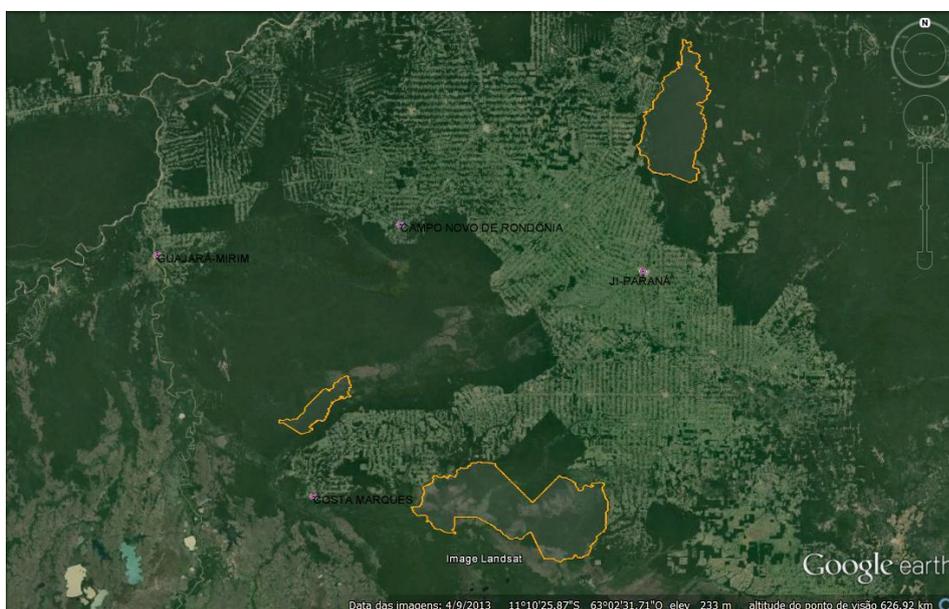
Integração com o entorno: (i) elaboração de um projeto do programa de voluntariado; (ii) apoio mútuo para a realização das reuniões de conselho gestor das unidades.

Equipamentos e veículos: (i) simplificar protocolo para uso comum de veículos e equipamentos para as três unidades.

APM Ji-Paraná

REBIO Jaru, REBIO Guaporé e RESEX Rio Cautário

As UCs sediadas em Costa Marques já vêm a alguns anos requerendo alterações na sede de lotação das duas UCs, tendo mesmo sido preparada uma nota técnica onde são apresentados fortes argumentos para a transferência de sua sede para a cidade de Ji-Paraná, localizada na região central de Rondônia, onde está sediada a REBIO Jaru. Os argumentos elencados são: economicidade, ganho na atração de novos servidores, melhoria da qualidade de vida dos servidores lotados em ambas as UCs. Nesse contexto, sugerimos a criação do Arranjo de Apoio Mútuo de Ji-Paraná, onde ficariam sediadas 3 unidades de conservação – REBIO



Jaru, REBIO Guaporé E RESEX Rio Cautário. As ações conjuntas entre essas UCs proporcionarão uma maior eficiência gerencial-administrativa, com maior eficácia e efetividade nas ações finalísticas e redução dos custos operacionais. O APM Ji-Paraná será composto por 7 analistas ambientais, 4 técnicos ambientais e 6 técnicos administrativos, além de 1 cargo comissionado, totalizando um total de 18 servidores. Outra proposta feita pela CR-01 é que seja imediatamente fechada a base avançada de Mirante da Serra, atualmente ocupada por um único técnico administrativo, tendo 1 posto de vigilância, 2 auxiliares de limpeza, telefone, água, energia elétrica e internet, despesas que podem ser perfeitamente aproveitadas em local com maior demanda e necessidade. Mirante da Serra fica a aproximadamente 100 Km de Ji-Paraná, em estradas asfaltadas, o que facilitará a transferência desse servidor para o APM, a fim de atender os usuários e se unir aos demais servidores em atividades de fiscalização, pesquisa, integração externa, operacionalização etc. Na situação atual, a permanência em Mirante está custando caro ao ICMBio, sem produzir qualquer benefício, considerando que o mesmo não possui condições para realizar sozinho todo o trabalho necessário (o que com o APM deverá ser superado). A sede em Costa Marques deve ser mantida, pois oferece excelentes condições para servir de base avançada para pesquisadores, estudantes e servidores que permanecerão em constante rodízio para atender as demandas das duas unidades localizadas na região extrema dos rios Guaporé e Cautário. Assim, propomos um Arranjo de Apoio Mútuo em Ji-Paraná, com a permanência de uma base avançada em Costa Marques e fechamento da base de Mirante da Serra, gerando significativa economia nos contratos do ICMBio.

APM Boca do Acre

FLONA Mapiá-Inauini, FLONA do Purus, FLONA do Iquiri e RESEX Aarapixi

Apesar da área total da UC estar no território de Lábrea/AM, o acesso ao interior da UC não se dá por tal município, acessando, por Lábrea, apenas a região do rio Sepatini. As porções maiores da UC são acessadas por ramais ligados a BR 317, entre os municípios de Boca do Acre/AM e Rio Branco/AC. Outra porção é acessada por ramais através da BR 364, entre os distritos de Vista Alegre do Abunã e Nova Califórnia no Estado de Rondônia. Dessa forma fica inviável a instalação da sede administrativa da FLONA



do Iquiri na cidade de Lábrea, principalmente porque, nos períodos de chuva, a BR-319 fica intrafegável, deixando Lábrea isolada por acesso terrestre, impedindo o deslocamento das equipes para o interior da UC, aumentando consideravelmente o custo operacional para realização das ações na porção sul e oeste da UC. A melhor opção seria manter a sede administrativa da FLONA do Iquiri em Boca do Acre ou, no máximo, transferi-la para o município de Humaitá/AM.

APM Guajar-Mirim

PARNA da Serra da Cutia, RESEX Barreiro das Antas e RESEX Rio Ouro Preto

As unidades que integram esse APM possuem as seguintes similaridades: (i) alvos de conservao e bem-estar social semelhantes – conservao de reas de floresta Amaznia na fronteira internacional com a Bolvia; (ii) unidades apoiadas financeiramente pelo Programa ARPA; (iii) contexto semelhante de localizao; (iv) formam um grande mosaico de reas protegidas, fazendo limite com unidades de conservao estaduais que tambm recebem recursos do Programa ARPA, alm de terras indgenas. As equipes das UCs sugerem a articulao de suas aoes gerenciais nas seguintes reas:



Proteo e fiscalizao: (i) construo de calendrios e planejamento de aoes de fiscalizao em conjunto; (ii) identificao e busca de agentes de fiscalizao para operaoes; (iii) financiamento em conjunto dos custos das aoes de fiscalizao (ex. para servidores de outras regioes, uma unidade paga as passagens e a outra paga as diarias e o fiscal atua nas duas UCs).

Pesquisa cientfica: (i) elaborao e implementao de plano de divulgao comum s trs unidades de conservao; (ii) apoio integrado  pesquisa.

Integrao com o entorno: (i) elaborao do projeto do programa de voluntariado; (ii) implementao das polticas do PNGATI; (iii) apoio mtuo para a realizao das reunioes de conselho gestor das unidades.

Equipamentos e veculos: (i) inventariar os equipamentos e veculos servveis alocados nas trs unidades de conservao; (ii) simplificar o protocolo para uso comum de veculos e equipamentos para as trs unidades de conservao.

APM Humait (CR-01 e CR-02)

FLONA de Balata-Tufari, FLONA de Humait, FLONA de Jatuarana e PARNA Nascentes do Lago Jari

As equipes das UCs sugerem a articulao de suas aoes gerenciais nas seguintes reas:

Gesto administrativa: (i) uso compartilhado dos servios disponveis pelo ICMBio, como vigilncia, limpeza e conservao, internet, telefonia, energia eltrica e gua, alm de disponibilizar pessoal terceirizado e estagirios para atuao conjunta; (ii) inventrios dos equipamentos e veculos servveis alocados nas UCs; (iii) simplificao de protocolos para uso comum de veculos e equipamentos; (iv) apoio mtuo na limpeza e conservao das estruturas, veculos,

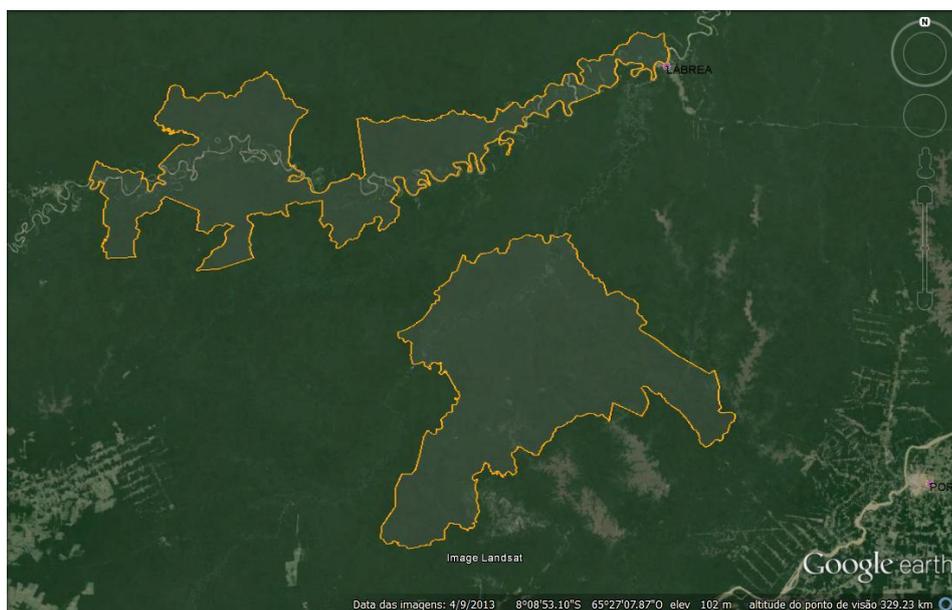
embarcações e equipamentos, com objetivo de manter todo o patrimônio em condições ideais de uso e evitar a formação de focos de animais causadores de doenças epidêmicas.



APM Lábrea

FLONA do Iquiri, RESEX do Médio Purus e RESEX do Ituxi

As unidades de conservação que integram o APM possuem as seguintes similaridades: (i) categorias similares de unidades de conservação (RESEX do Médio Purus e RESEX do Ituxi); (ii) possuem alvos de conservação e bem-estar social semelhantes; (iii) as duas reservas são apoiadas financeiramente pelo Programa ARPA, que se baseia na busca de gestão por resultados; (v) compartilham mesmo contexto de criação e localização, na região sul do Amazonas; e (vi) apresentam conflitos socioambientais similares, tais como, extração ilegal de madeira, desmatamento, caça e pesca predatória.



As equipes das UCs sugerem a articulação de suas ações gerenciais nas seguintes áreas:

Proteção e fiscalização: (i) construção de calendários e planejamento de ações de fiscalização em conjunto; (ii) identificação e busca de agentes de fiscalização para operações; (iii) financiamento em conjunto dos custos das ações de fiscalização (p. ex., uma unidade paga as passagens e a outra paga as diárias e o fiscal atua nas duas UC).

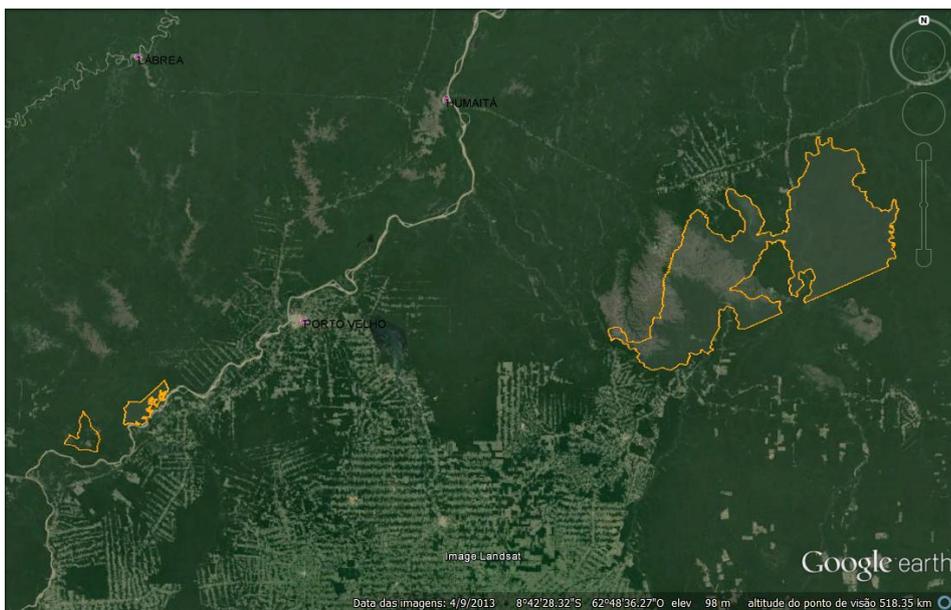
Pesquisa científica: (i) elaboração e implementação de plano de divulgação comum às duas unidades de conservação; (ii) integração com o entorno; (iii) elaboração do projeto do programa de voluntariado; e (iv) apoio mútuo para a realização das reuniões de conselho gestor das unidades.

Equipamentos e veículos: (i) inventários dos equipamentos e veículos servíveis alocados nas duas unidades de conservação; (ii) simplificar protocolo para uso comum de veículos e equipamentos para as duas unidades de conservação.

APM Campos Amazônicos - Mapinguari

PARNA Campos Amazônicos e PARNA Mapinguari

Os PARNAs Campos Amazônicos e Mapinguari tem em comum a sede em Porto Velho, projeto ARPA, problemas de gestão similares, equipes com número de servidores equivalentes e a intenção de buscar estratégias de gestão que modifiquem o atual cenário de parques nacionais na região dos estados do Amazonas e Rondônia. Evitar esforços na busca de melhoria da gestão é o grande objetivo, considerando a área abrangida e a escassez de recursos humanos. As unidades que integram esse APM



possuem as seguintes similaridades: (i) mesma categoria da unidade de conservação; (ii) alvos de conservação e bem-estar social semelhantes (conservação de enclaves de Cerrado relictual em meio à floresta Amazônica); (iii) vulnerabilidade ao desenvolvimento de incêndios florestais – os dois parques nacionais possuem como característica especial que os diferenciam das demais unidades de conservação da região, a presença de fitofisionomias de cerrado em seus territórios, aproximadamente 200.000 ha em cada uma das UCs. Esta característica peculiar reflete na necessidade de ambas realizarem o treinamento, seleção e contratação de brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais todos os anos; (iv) os planos de manejos dos parques nacionais identificaram linhas de pesquisas semelhantes para serem implementadas e desenvolvidas nas duas unidades de conservação; (v) os dois parques nacionais são apoiados financeiramente pelo Programa ARPA, que se baseia na busca de gestão por resultados; (vi) mesmo contexto de localização das unidades, pois tanto o PN Campos Amazônicos quanto o PN Mapinguari estão localizados no arco do desmatamento e vizinhos a projetos de assentamentos agrários e próximos de eixos rodoviários importantes da região norte; e (vii) as duas UCs fazem limites diretos com terras indígenas e estão em processos de implementação da política do PNGATI.

As equipes das UCs sugerem a articulação de suas ações gerenciais nas seguintes áreas:

Proteção, fiscalização e controle de incêndios florestais: (i) construção de calendários e planejamento de ações de fiscalização em conjunto; (ii) identificação e busca de agentes de fiscalização para operações; (iii) financiamento em conjunto dos custos das ações de fiscalização (p. ex., uma unidade paga as passagens e a outra paga as diárias e o fiscal atua nas duas UC); (iv) construção de agendas de cursos em conjunto para os processos de divulgação, pré-seleção e curso de formação de forma que os instrutores das duas unidades (03 no total) sejam capazes de ministrar os cursos sem a necessidade de instrutores de outras regiões do país; (v) realização de capacitação complementar da brigada em conjunto; (vi) elaboração de Sistema de Comando de Incidentes comum às duas unidades estabelecendo os procedimentos para auxílio mútuo.

Pesquisa científica: (i) elaboração e implementação de plano de divulgação comum às duas unidades de conservação; (ii) implementação em conjunto dos protocolos de monitoramento da biodiversidade. (iii) implementação das pesquisas de manejo integrado do fogo em conjunto.

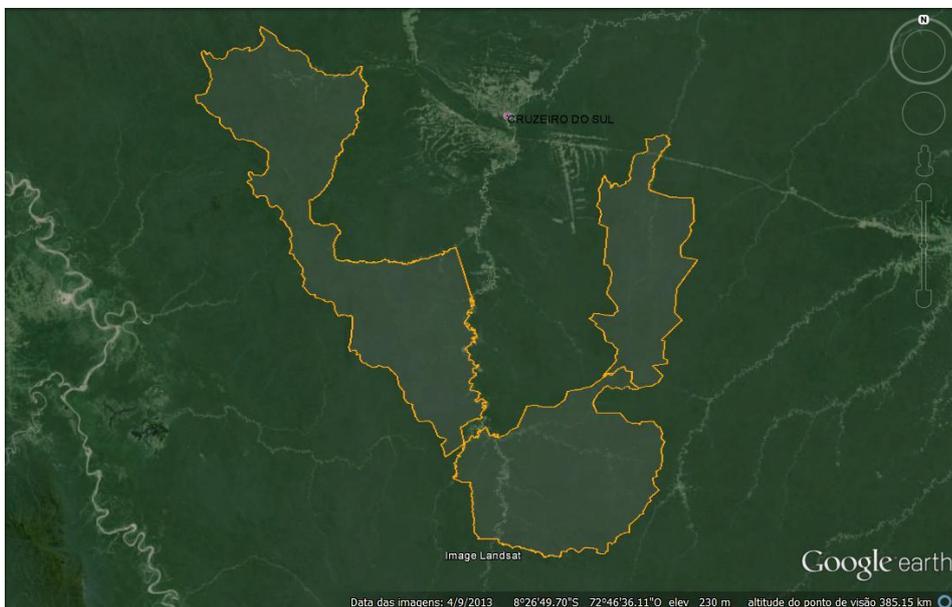
Integração com o entorno: (i) elaboração do projeto do programa de voluntariado; (ii) implementação das políticas do PNGATI; (iii) apoio mútuo para a realização das reuniões de conselho gestor das unidades.

Equipamentos e veículos: (i) inventários dos equipamentos e veículos servíveis alocados nas duas unidades de conservação; (ii) simplificar protocolo para uso comum de veículos e equipamentos para as duas unidades de conservação.

APM Extremo Acre

PARNA da Serra do Divisor, RESEX Riozinho da Liberdade e RESEX Alto Juruá

Considerando a proposta de reestruturação do Instituto Chico Mendes e de suas unidades descentralizadas com objetivos de buscar eficiência na conservação da biodiversidade, eficácia de gestão, melhoria na alocação de pessoal e maximização dos custos operacionais, o PARNA Nacional da Serra do Divisor, a RESEX Riozinho da Liberdade e a RESEX Alto Juruá propõem organizar a sua gestão na forma de um Arranjo de Apoio Mútuo. As unidades que integram esse APM possuem as seguintes similaridades:



(i) os alvos de conservação e as condições socioambientais são semelhantes entre si, principalmente o fato de possuir no interior e entorno das unidades terras indígenas; (ii) das três unidades, duas possuem recursos via programa ARPA, o que viabiliza a realiza atividades conjuntas e de apoio àquela não beneficiária (RESEX Alto Juruá); (iii) as três unidades de conservação estão localizadas em área de fronteira, com questões envolvendo a presença de bovinos, desmatamento, caça e pesca.

Apesar de termos recebido uma provocação inicial de organizar a gestão na forma de um Núcleo de Gestão Integrada – NGI, não foi possível atender a essa opção, em razão da quase inexistência de infraestrutura nas unidades de conservação locais, hoje com apenas 02 servidores por unidade, sendo que todas as UCs possuem chefes em função comissionada, sem vínculo com o órgão. Nessas condições, entendemos ser o APM a melhor opção para a organização gerencial das unidades, considerando que estas já trabalham a algum tempo, partilhando de sede, infraestrutura administrativa e equipamentos conjuntamente. As equipes das UCs sugerem a articulação de suas ações gerenciais nas seguintes áreas:

Planejamento, Administração e Logística: (i) reuniões quinzenais de planejamento e monitoramento das atividades administrativas a fim de melhor a eficiência do grupo de apoio mútuo; (ii) coordenar as atividades administrativas e de representação institucional no território; (iii) elaborar inventários dos equipamentos e veículos servíveis e inservíveis alocados nas três unidades de conservação; (iv) simplificar protocolo para uso comum de veículos e equipamentos para as três unidades de conservação.

Proteção: (i) construção de calendários e planejamento de ações de fiscalização em conjunto, (ii) identificação e busca de agentes de fiscalização para operações; (iii) financiamento em conjunto dos custos das ações de fiscalização (p. ex., uma unidade paga as passagens e a outra paga as diárias e o fiscal atua nas duas UC).

Pesquisa científica: (i) elaboração e implementação de um plano de divulgação comum as três unidades de conservação.

Gestão Participativa: (i) elaboração do programa de voluntariado e educação ambiental conjunto; (ii) implementação de políticas de integração com instituições parceiras (FUNAI, SEMA, INCRA, UFAC, MPF etc.); (iii) criação de um calendário conjunto e apoio mútuo para a realização das reuniões dos conselhos gestores das unidades; (iv) priorização na conclusão dos planos de manejo e revisão daqueles já existentes.

Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 02

NGI Jutáí - Solimões

ARIE Javari Buriti, ESEC de Jutáí-Solimões e RESEX do Rio Jutáí

As três unidades de conservação também integram o APM de Tefé. A Coordenação Regional solicita prioridade na implantação desse NGI para apoiar a RESEX em suas ações, considerando que hoje só há 1 servidor (técnico ambiental).



NGI Jaú - Unini

PARNA do Jaú e RESEX Rio Unini

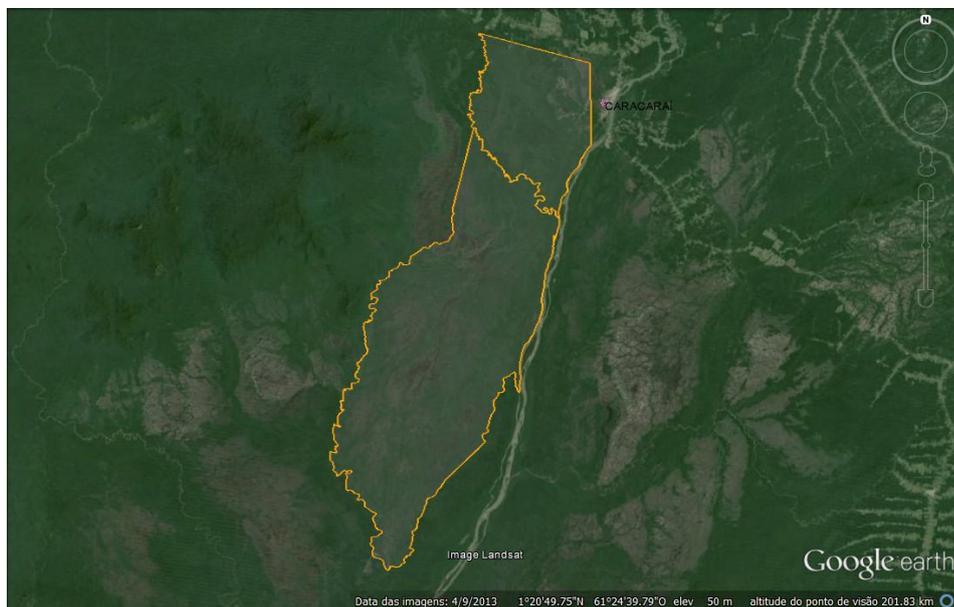
A Coordenação Regional ressalta que as duas UCs de fato necessitam de uma formalização de gestão integrada, em especial para área sobreposta. Contudo, é importante frisar que cada uma tem um nível de gestão bastante avançado, de modo que o planejamento deverá ser feito cuidadosamente. Demandam uma maior clareza sobre como será feito o arranjo de "hierarquia" entre os componentes das equipes, e entre as ações a ser realizada em cada Unidade.



NGI Caracaraí - Niquiá

ESEC de Caracaraí e ESEC de Niquiá

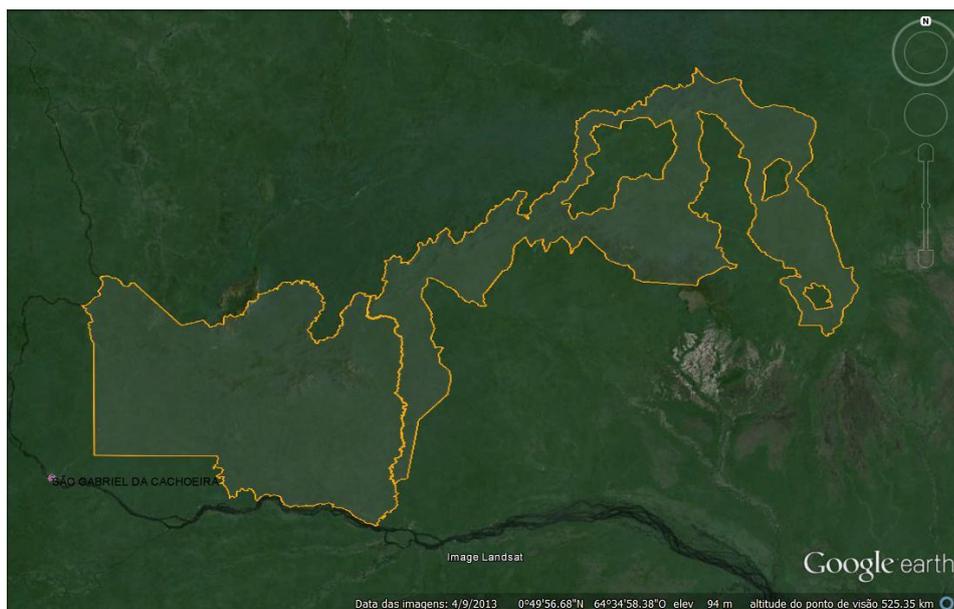
Sugestão apresentada pela Coordenação Regional.



NGI Alto Rio Negro

FLONA do Amazonas e PARNA do Pico da Neblina

Sugestão apresentada pela Coordenação Regional. A sede será em São Gabriel da Cachoeira. A FLONA Amazonas deverá ter sua sede de lotação alterada de Novo Airão para São Gabriel da Cachoeira. Hoje não há servidor lotado na FLONA. E no PARNA Pico da Neblina haverá só um servidor (técnico ambiental), visto que o atual chefe já pediu sua exoneração e espera ser atendido brevemente.



APM Baixo Rio Negro

PARNA do Jaú, RESEX Rio Unini e PARNA de Anavilhanas

Segunda a Coordenação Regional, o arranjo já reflete o escritório atualmente chamado “NGI Novo Airão”. No entanto, seu nome deverá ser alterado para APM, em correspondência ao modo como se articula a gestão nesse arranjo.



APM Tefé

ARIE Javari Buriti, ESEC de Jutá-Solimões, RESEX do Rio Jutá, ESEC Juami-Japurá, FLONA de Tefé, RESEX Auatí-Paraná e RESEX Baixo Juruá

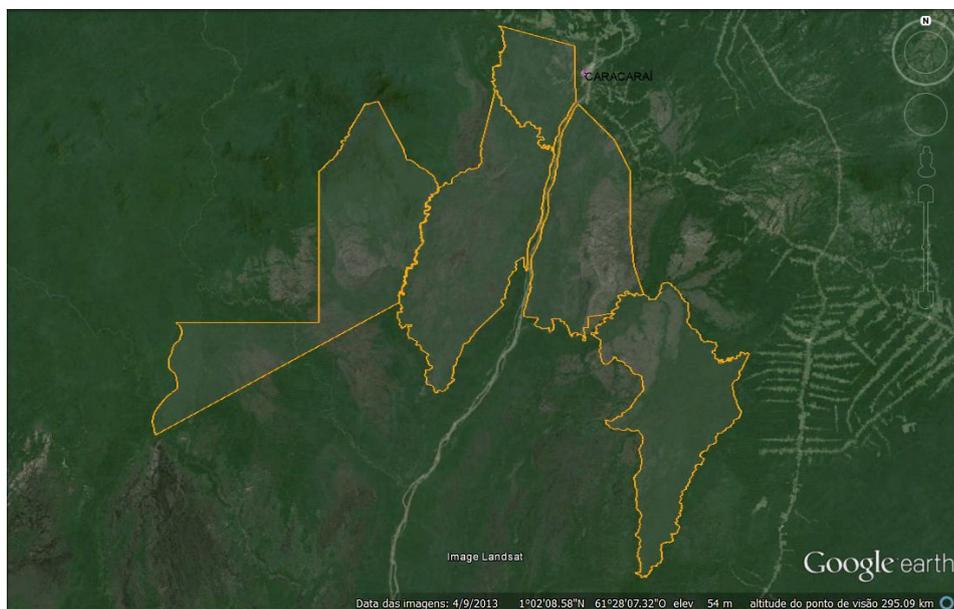
Segunda a Coordenação Regional, o arranjo já reflete o escritório atualmente chamado “NGI Tefé”. No entanto, seu nome deverá ser alterado para APM, em correspondência ao modo como se articula a gestão nesse arranjo.



APM Caracaráí

ESEC de Caracaráí, ESEC de Niquiá, FLONA de Anauá, PARNA Serra da Mocidade e PARNA Viruá

Segunda a Coordenação Regional, o arranjo já reflete o escritório atualmente chamado “NGI Caracaráí”. No entanto, seu nome deverá ser alterado para APM, em correspondência ao modo como se articula a gestão nesse arranjo.



APM Itacoatiara

ESEC Alto Maués e FLONA de Pau-Rosa

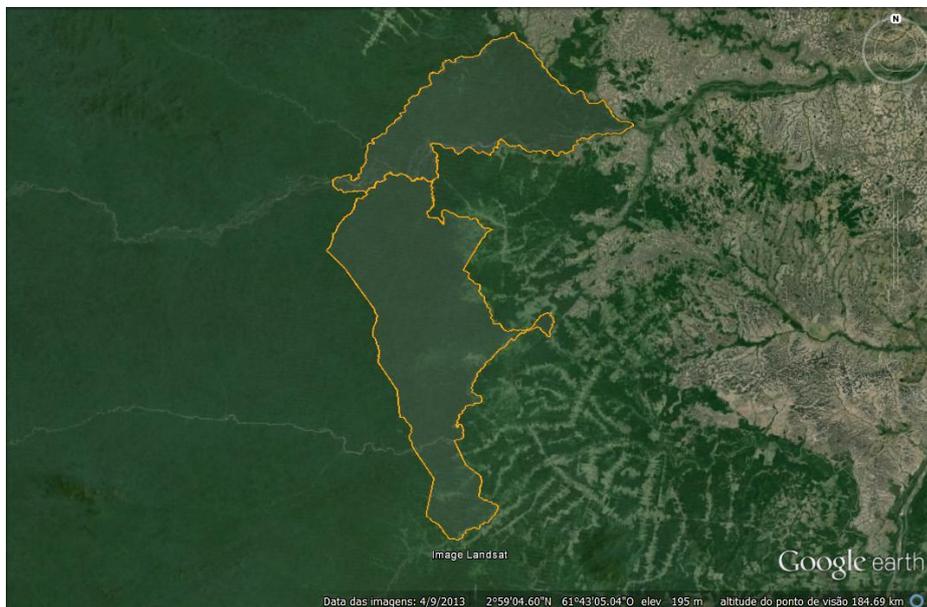
Sugestão apresentada pela Coordenação Regional. Atualmente, a ESEC não possui nenhum servidor lotado na UC.



NGI Maracá - Roraima

ESEC de Maracá e FLONA de Roraima

Coordenação Regional concorda com proposta, pois unidades são contíguas e com identidade territorial similar.

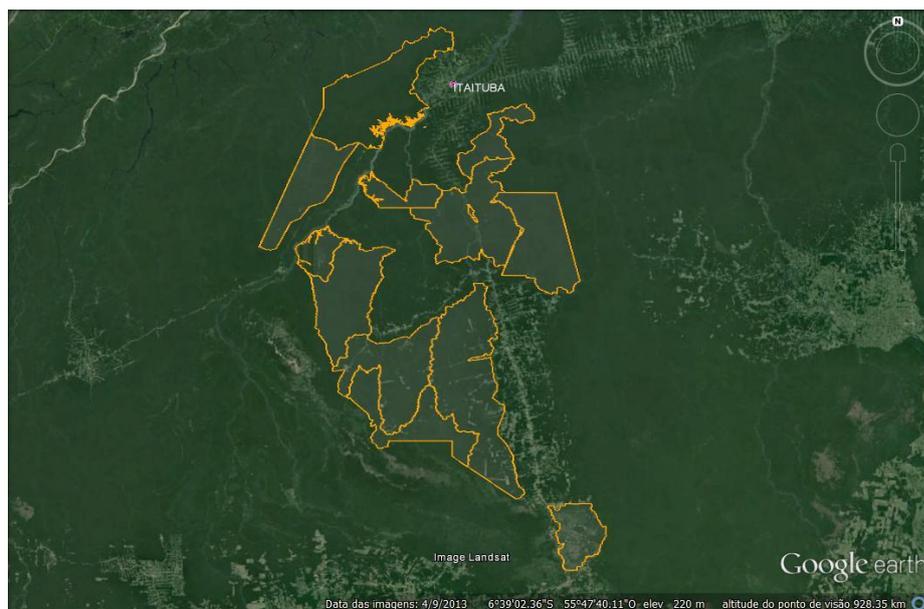


Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 03

NGI Itaituba

APA do Tapajós, FLONA Altamira, FLONA de Itaituba I, FLONA de Itaituba II, FLONA do Amaná, FLONA do Crepori, FLONA do Jamanxim, FLONA do Trairão, PARNA da Amazônia, PARNA do Jamanxim, PARNA do Rio Novo, REBIO Nascentes Serra do Cachimbo

Coordenação Regional está de acordo com a proposta. Equipes locais já trabalham de forma integrada. É possível implementar o agrupamento em curto prazo.



NGI Tapajós - Arapiuns

FLONA de Tapajós e RESEX Tapajós Arapiuns

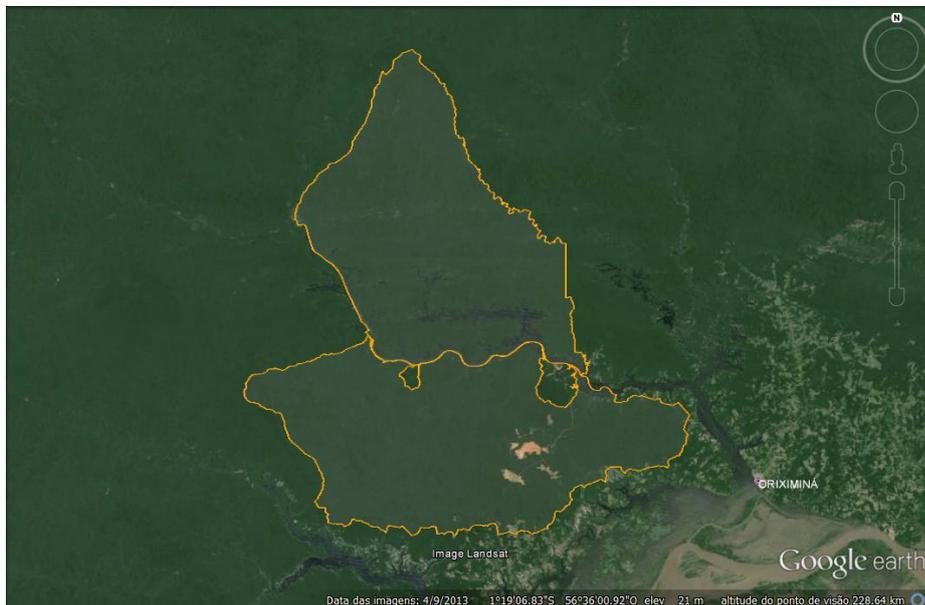
Coordenação Regional está de acordo com a proposta.



NGI Saracá - Trombetas

FLONA de Saracá-Taquera e REBIO do Rio Trombetas

Coordenação Regional está de acordo com a proposta.



NGI Altamira

ESEC da Terra do Meio, PARNA da Serra do Pardo, RESEX Rio Iriri, RESEX Rio Xingu e RESEX Riozinho do Anfrísio

Coordenação Regional está de acordo com a proposta.



Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 04

NGI Amapá Central

FLONA de Amapá e PARNA Montanhas do Tumucumaque

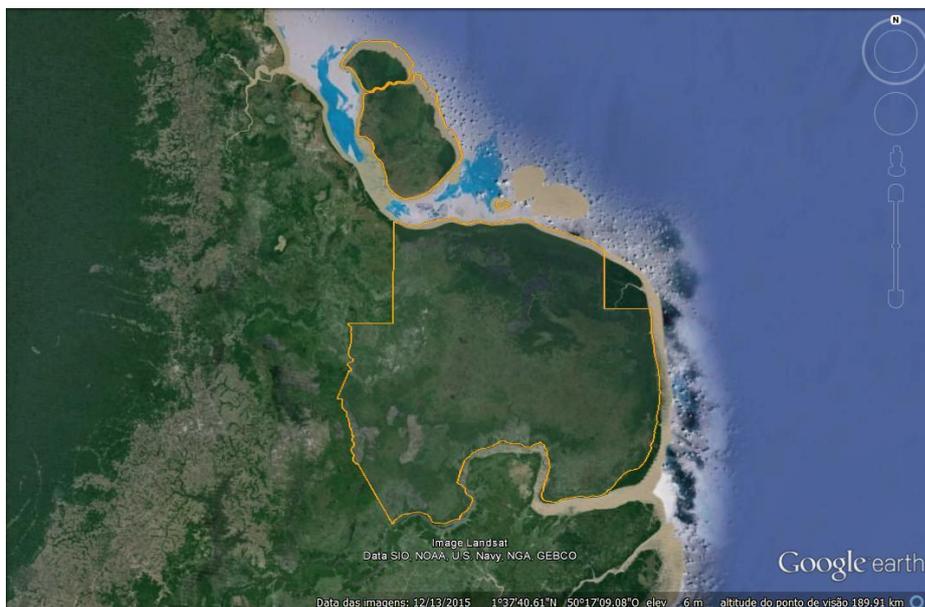
Agrupamento necessita ser discutido com as equipes das unidades.



NGI Amapá Litoral

ESEC de Maracá Jipioca e REBIO do Lago Piratuba

Agrupamento necessita ser discutido com as equipes das unidades.



APM Amapá

ESEC de Maracá Jipioca, ESEC do Jari, FLONA de Amapá, PARNA do Cabo Orange, PARNA Montanhas do Tumucumaque, REBIO do Lago Piratuba e RESEX Rio Cajari

As unidades do Estado do Amapá fariam parte deste arranjo, com sua sede principal em Macapá. Todas as UCs utilizam essa estrutura, pois necessitam de uma sede estruturada na capital para as mais diversas atividades de gestão, o que não implica no fechamento de escritórios e bases já existentes. Contudo, qualquer arranjo que se tente fazer com o número atual de pessoas nestas UCs pode ser inviável.

Contribuição enviada pelas UCs do Estado do Amapá: o Amapá é um estado singular que possui 7 UCs federais ocupando 42% do território estadual, espalhadas por quase todos seus municípios.

Possui 766.679 habitantes, sendo que 456.171 na capital Macapá e 112.218 em Santana (cidade conurbada com a capital). Isso faz com que haja uma concentração de instituições e organizações, sejam públicas, de todas as esferas, sejam não governamentais. A principal via de acesso é aérea, por Belém. As UCs possuem grandes extensões, abarcando mais de um município, necessitando vários acessos para atingir todas as suas localidades. Pela proximidade entre as UCs, várias atividades são realizadas de forma integrada, como fiscalizações conjuntas, ações de combate a incêndio, educação ambiental, manejo, pesquisa e questões administrativas e de logística.



Escritórios e Bases	PNCO	RERC	FNAP	PNMT	RBLP	EEMJ	EEJR
Escritório Macapá	X	X	X	X	X	X	X
Escritório Oiapoque	X			X			
Escritório Monte Dourado		X		X			X
Escritório Amapá					X	X	
Escritório Serra do Navio			X	X			
Escritório Cutias					X		
Depósito Porto Grande	X		X	X		X	
Centro Rústico de Vivência				X			
Casa dos Barcos			X	X			
Base Falsino			X	X			
Base do Sucuriju					X	X	
Base ESEC Jari							X
Base Cunani	X						
Base Taperebá	X						
Base Tabaco					X		
Base Extrema					X		
Base ESEC Maracá-Jipioca					X	X	
Base Ilha de Maracá					X	X	

Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), Reserva Extrativista do Rio Cajari (RERC), Floresta Nacional do Amapá (FNAP), Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), Reserva Biológica do Lago Piratuba (RBLP), Estação Ecológica Maracá-Jipioca (EEMJ), Estação Ecológica do Jari (EEJR).

APM Salgado Paraense

RESEX Chocoaré-Mato Grosso, RESEX Maracanã, RESEX São João da Ponta, RESEX Mãe Grande de Curuçá, RESEX Marinha Mocapajuba, RESEX Marinha Mestre Lucindo e RESEX Marinha Cuiarana

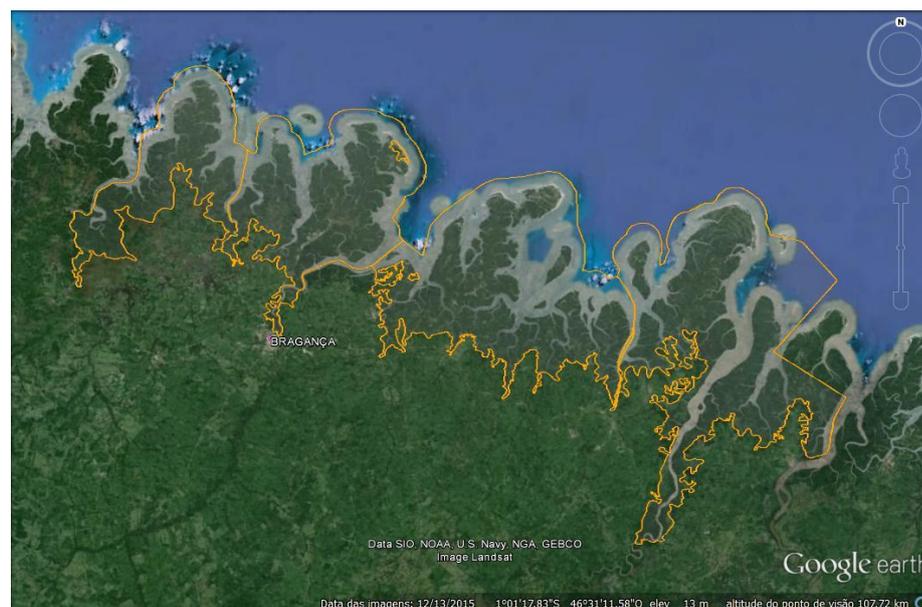
Este agrupamento englobaria as sete RESEX da Região do Salgado Paraense. As UCs estão atualmente sediadas em Belém, no CEPNOR, por falta de recursos do ICMBio para manter uma sede apropriada e estruturada no Município de Castanhal, onde seria o local mais adequado para sediar essas unidades, mantendo bases de apoio de campo em todas as UCs, geralmente compartilhadas com as Associações dos usuários e em parcerias com prefeituras. Existe também a possibilidade dos APMs Salgado e Bragança formarem um único APM, denominado APM Litoral Paraense.



APM Bragança

RESEX Marinha Arai-Peroba, RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, RESEX Marinha de Gurupi-Piriá e RESEX Marinha Tracuateua

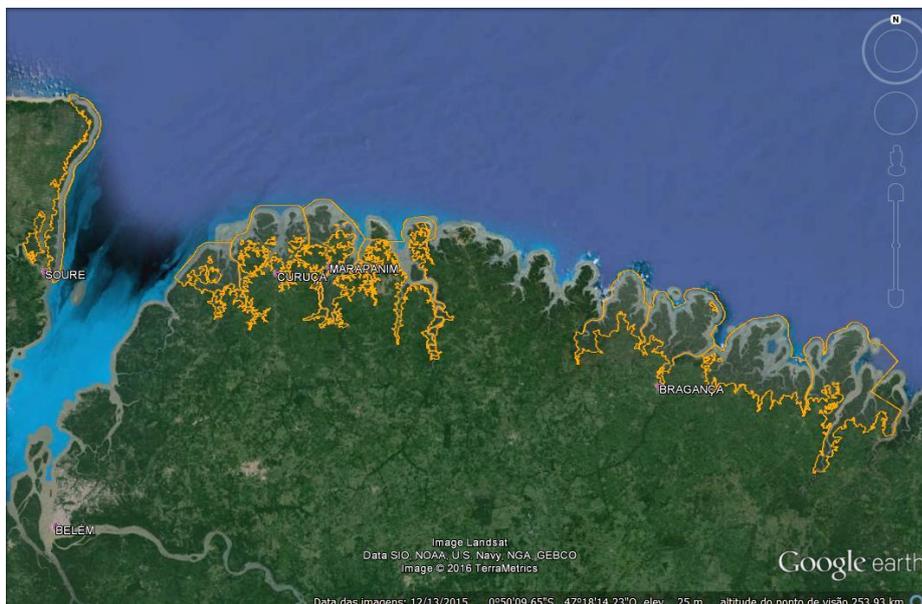
As quatro UCs da Região Bragantina estão sediadas em Bragança-PA, de forma isolada das demais unidades do litoral paraense. Encontram-se em um prédio cedido pela Secretaria de Transportes do Estado. O prédio é muito bem localizado, no centro da cidade, mas encontra-se deteriorado e em condições precárias de trabalho e permanência, inclusive sem banheiros. Existem barreiras legais para reforma do imóvel, pois ele não pertence ao ICMBio. Frente essas condições e com a atual equipe reduzida, existe pressão para seu fechamento. No entanto, não é fundamental termos alguma estrutura do ICMBio nessa região, nem que seja ao menos uma base de apoio de campo no município de Bragança. Existe também a possibilidade dos APMs Salgado e Bragança formarem um único APM, denominado APM Litoral Paraense.



APM Litoral Paraense

RESEX Chocoaré-Mato Grosso, RESEX Maracanã, RESEX São João da Ponta, RESEX Mãe Grande de Curuçá, RESEX Marinha Arai-Peroba, RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, RESEX Marinha de Gurupi-Piriá, RESEX Marinha Tracuateua, RESEX Marinha Mocapajuba, RESEX Marinha Mestre Lucindo, RESEX Marinha Cuinarana

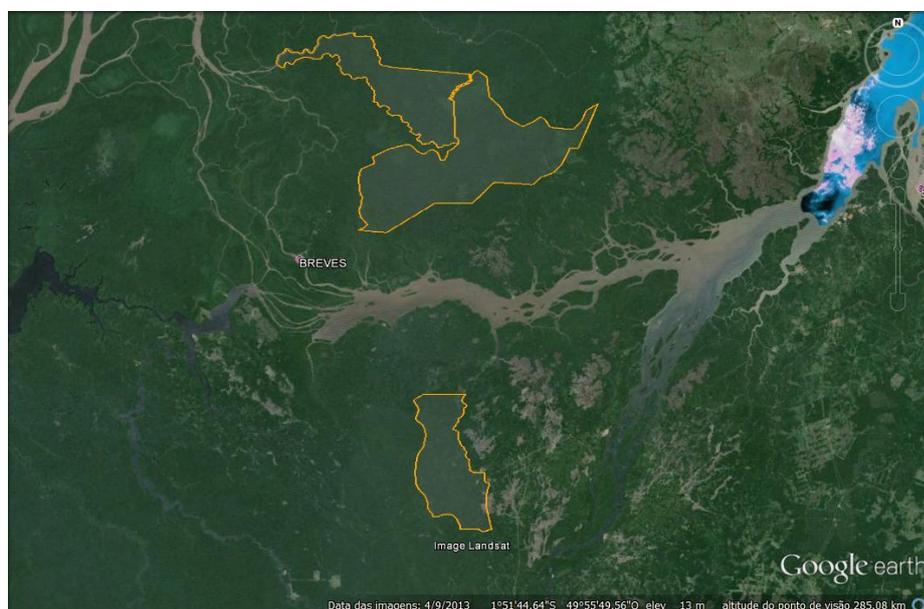
Coordenação Regional propõe arranjo integrando de todas as RESEX marinhas do Pará, com uma sede estruturada em Belém, onde as equipes possam trabalhar em conjunto e de forma integrada para todo o território, mantendo o escritório de Bragança como base de apoio, a base existente em Curuçá, e abrindo uma base nova em Marudá, em Marapanim. As demais estruturas serão mantidas de forma compartilhada, através de parcerias com prefeituras e Associações das RESEX, como as existentes em Curuçá, Tracuateua e em Viseu. Uma sede bem estruturada em Belém forneceria melhores condições de suporte para as necessidades pessoais e seria mais atrativa para os servidores, colaborando para fixá-los nessas unidades, semelhantemente ao que acontece com as UCs do Amapá.



NGI Mapuá – Pracuúba - Arióca

RESEX Mapuá, RESEX Arióca Pruanã e RESEX Terra Grande Pracuuba

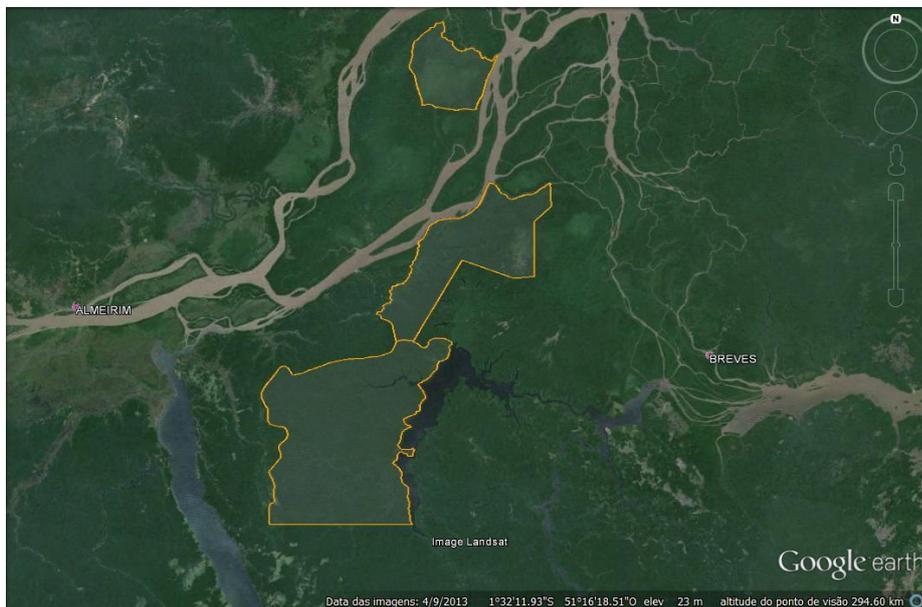
Todas as UCS necessitam de base de apoio de campo. Há falta de servidores em número suficiente para implantação do agrupamento.



NGI Itatupã – Gurupá – Caxiuana

FLONA de Caxiuana, RESEX Gurupá-Melgaço e RDS Itatupã-Baquiá

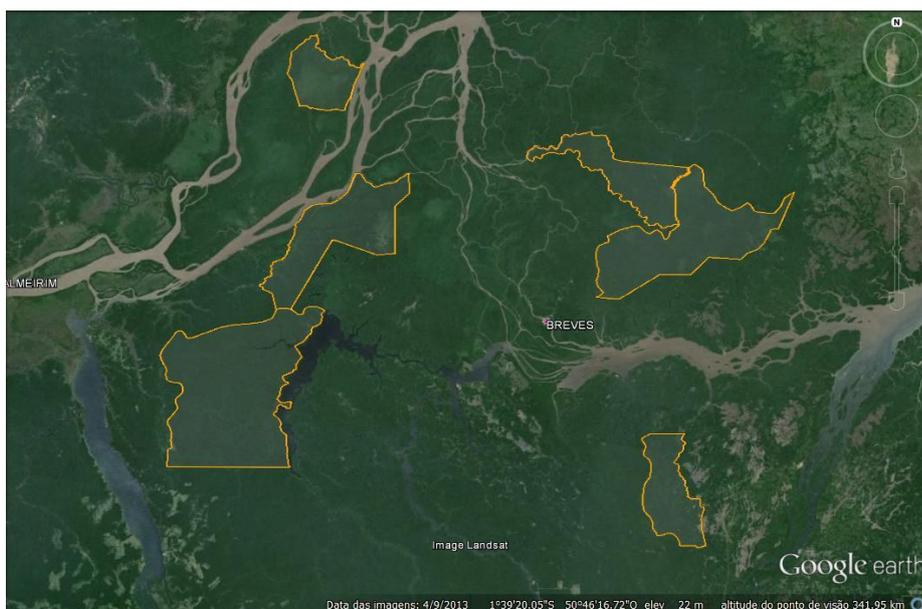
Há falta de servidores em número suficiente para implantação do agrupamento.



APM Região do Marajó

FLONA de Caxiuana, RESEX Gurupá-Melgaço, RDS Itatupã-Baquiá, RESEX Mapuá, RESEX Arióca Pruanã e RESEX Terra Grande Pracuuba

O APM da Região do Marajó é composto do NGI Mapuá–Pracuúba- Arióca e do NGI Itatupã–Gurupá–Caxiuana. As unidades encontram-se atualmente sediados no escritório do ICMBio em Breves. Dessas unidades, apenas a FLONA de Caxiuana e a RDS Itatupã-Baquiá têm bases próprias em suas localidades e utilizam também o escritório em Breves. Todas necessitam de base de apoio de campo, sem previsão de serem estruturadas. Há falta de servidores suficientes para implantação de um novo modelo de gestão e também é preciso termos interlocutores do ICMBio em cada UC.



NGI Carajás

APA do Igarapé Gelado, FLONA de Carajás, FLONA de Itacaiunas, FLONA de Tapirapé-Aquiri e REBIO do Tapirapé

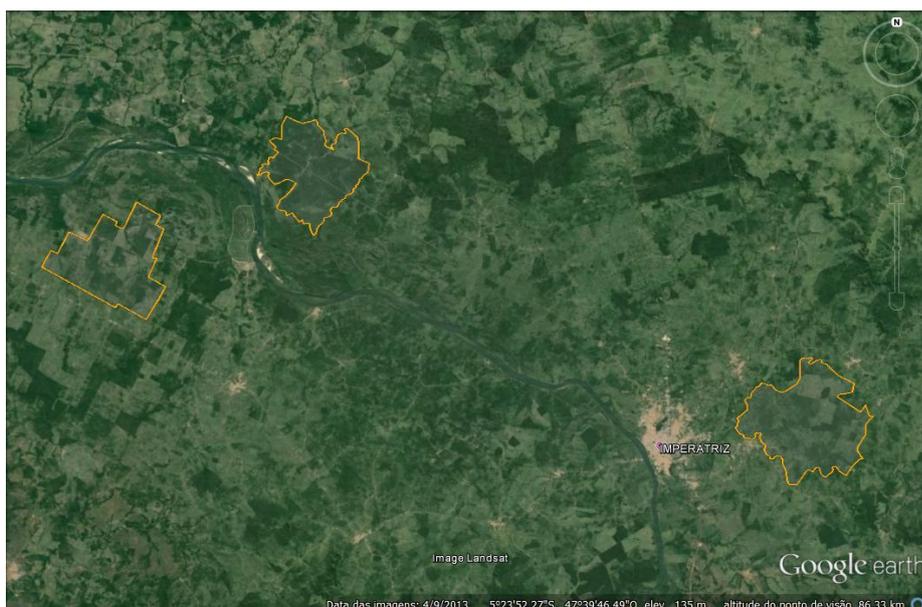
As cinco UCs já trabalham de forma integrada, com estrutura e sede no núcleo urbano da Empresa VALE AS, no interior da Floresta Nacional de Carajás, e escritório em Parauapebas-PA, bem como algumas bases de campo nas unidades.



APM Imperatriz

RESEX do Ciriáco, RESEX Extremo Norte do Tocantins e RESEX Mata Grande

As três UCs não são contíguas, mas estão próximas e apresentam muitas semelhanças de gestão. São RESEX voltadas a extração do babaçu, com graves conflitos fundiários. As UCs Compartilham da mesma sede na cidade de Imperatriz, sendo o local mais adequado para essa instalação.



APM São Luis

RESEX de Cururupu e RESEX Quilombo do Frechal

Sob o aspecto de sua gestão, as duas unidades que compõem o APM têm pouca relação. A RESEX Cururupu é litorânea, composta de diversas ilhas, sendo suas atividades realizadas em ambiente fluvial e marinho. Na RESEX Quilombo do Frechal, todas as atividades ocorrem em meio terrestre. Contudo, as unidades realizam algumas ações compartilhadas (fiscalização) e dividem a mesma sede no CNPT de São Luís.

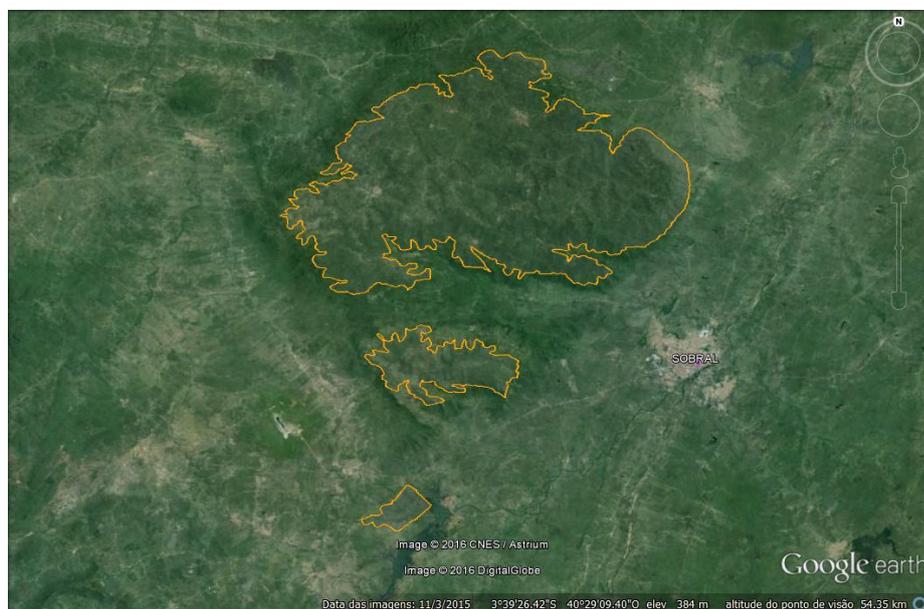


Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 05

NGI Meruoca - Sobral

APA Serra da Meruoca e FLONA de Sobral

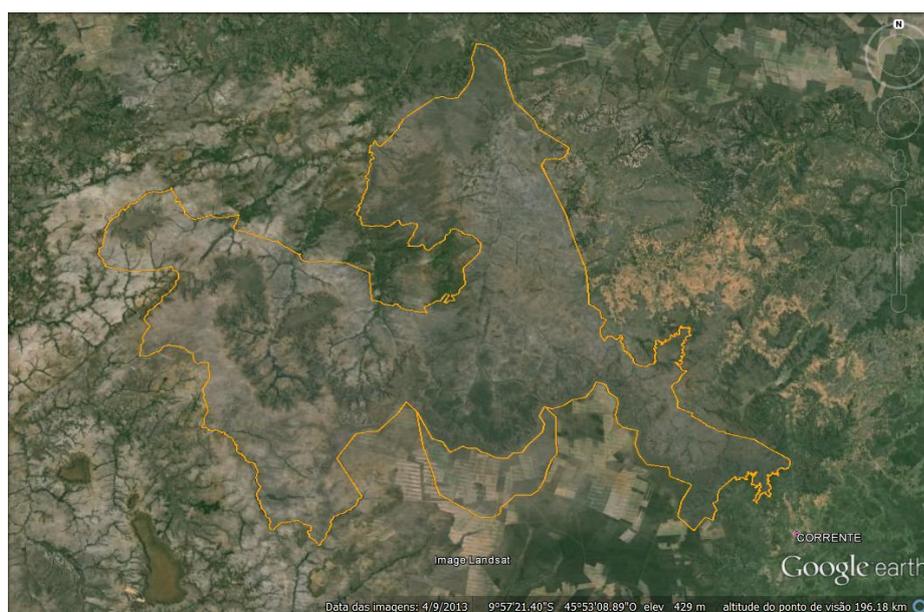
Embora as duas UCs não estejam territorialmente próximas, as unidades possuem sede em Sobral e sempre sofreram com a falta de servidores. A APA Serra da Meruoca nunca teve nenhum servidor lotado, e estamos, atualmente, aguardando a remoção a pedido de servidora vinda de Roraima. Devido a essa característica, o DAS da chefia já foi unificado em 2013, e as UCs já funcionam como NGI.



NGI Nascentes do Rio Parnaíba

PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba e APA Serra da Tabatinga

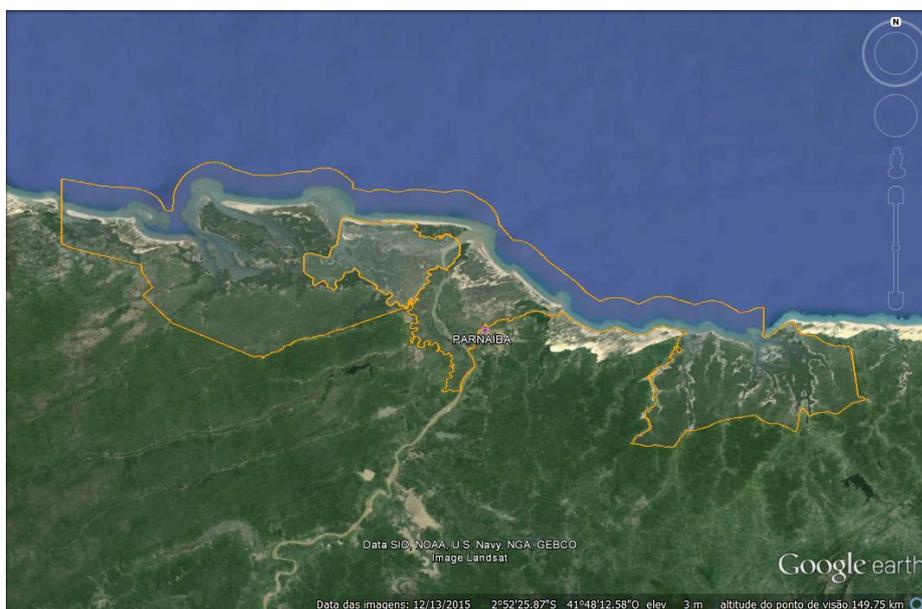
Atualmente, a APA Serra da Tabatinga é apenas remanescente de sua área original. Boa parte do seu território, de maior relevância ambiental, já foi incorporada no PARNA Nascentes do Rio Parnaíba, restando como território da APA extensas áreas com cultivo de grãos, que não possuem atributos que justifiquem a existência da unidade. Atividades relacionadas à APA já são conduzidas pela reduzida equipe do PARNA (2 analistas), os representantes dos produtores rurais da APA integram o Conselho do PARNA e há previsão de que o plano de manejo dessa UC englobe a gestão também da área da APA Serra da Tabatinga.



NGI Delta do Parnaíba

APA Delta do Parnaíba e RESEX Marinha do Delta do Parnaíba

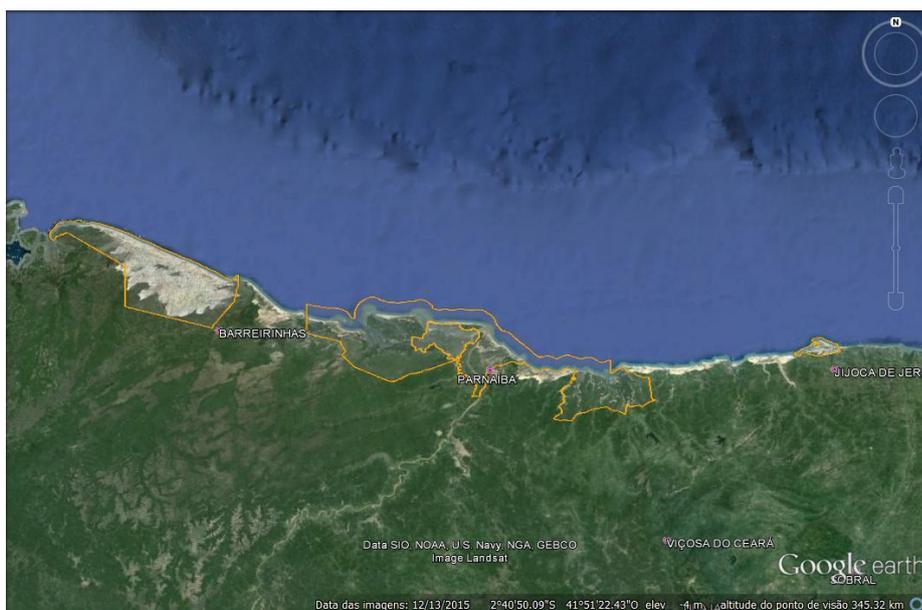
Equipes apontaram algumas fragilidades na implementação do agrupamento. A APA, por ocupar o território de 3 estados (MA, PI e CE) possui uma complexidade muito grande com relação aos licenciamentos ambientais. A RESEX, por outro lado, sofre durante muitos anos com gestão precária devido à falta de pessoal, inclusive de chefia. Atualmente, a RESEX tem conduzido inúmeros projetos junto à comunidade, fortalecendo a imagem da UC que era desconhecida de muitos dos beneficiários. Nesse momento, a integração dessas equipes não seria positiva, considerando o estágio de gestão de cada UC. A unificação da chefia, num ano eleitoral, num período onde diversas atividades estão sendo licenciadas na região poderia aumentar ainda mais a pressão pela nomeação política da chefia.



APM Jeri – Delta - Lençóis

PARNA Lençóis Maranhenses, APA Delta do Parnaíba, RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e PARNA de Jericoacoara

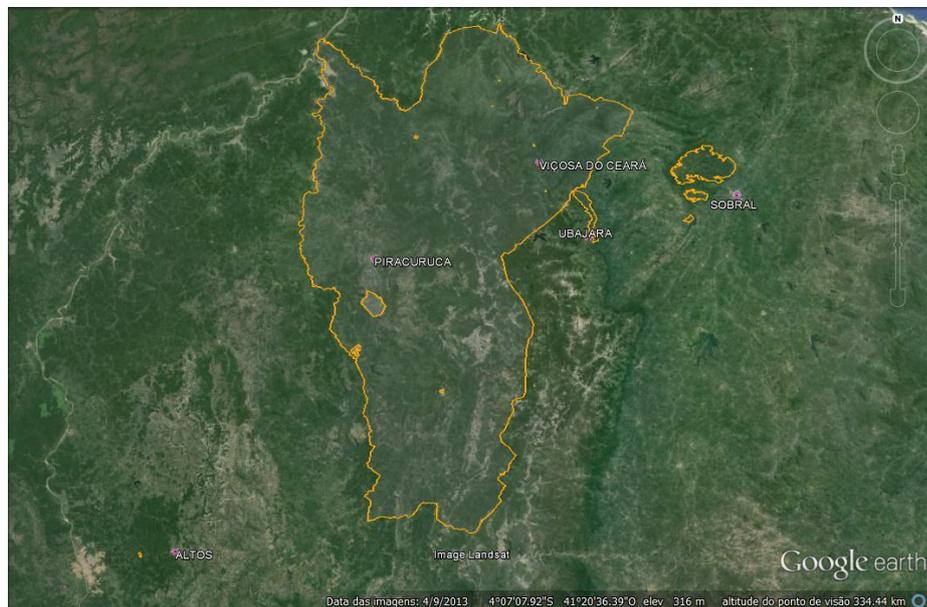
Equipes sugeriram que seja implementado um agrupamento do tipo APM, com integração de processos comuns entre as unidades, considerando a interface de processos na área de uso público, licenciamento e fiscalização. As UCs já interagem entre si devido à proximidade geográfica, semelhanças ambientais e pressões parecidas, além de já participarem da integração do roteiro turístico "Rota das Emoções". Todas as UCs apresentam pressões semelhantes de licenciamento (especulação imobiliárias, empreendimentos turísticos, carcinicultura, petróleo e gás) e demandas similares de fiscalização (defeso do caranguejo, pesca de arrasto, ocupações irregulares etc.). O APM pode estimular mais a integração das equipes e fortalecer a posição institucional com relação a algumas pressões comuns sofridas pelas UCS, bem como unificar o diálogo junto aos órgãos estaduais.



APM Meruoca - Ibiapaba - Palmares

APA Serra da Ibiapaba, FLONA de Palmares, FLONA de Sobral, PARNA de Sete Cidades, PARNA de Ubajara e APA Serra da Meruoca

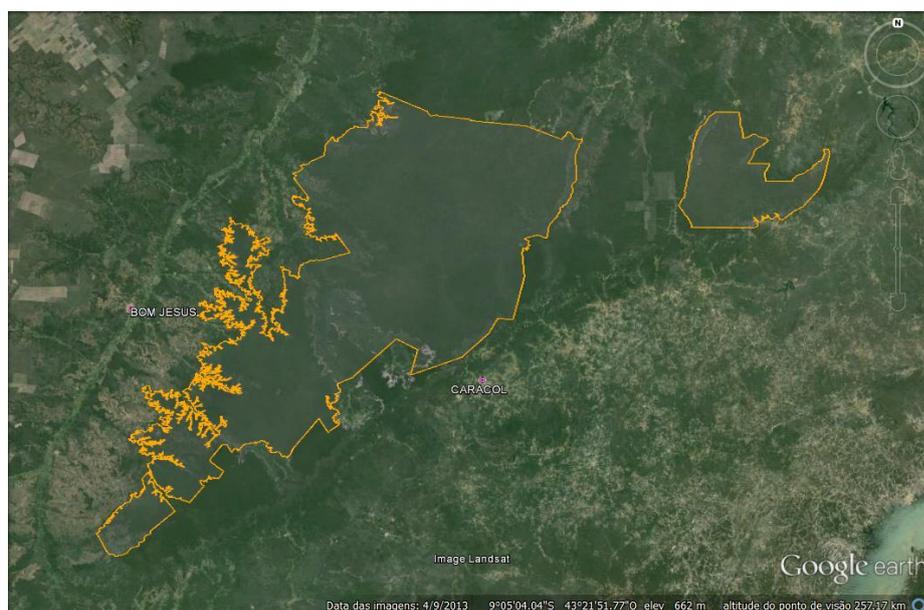
Inicialmente a proposta relacionava apenas a APA Serra da Ibiapaba e os PARNAs Ubajara e Sete Cidades. Devido às características geográficas e o histórico de cooperação entre as equipes, houve demanda para que as demais UCs citadas integrem o APM. Existe histórico de cooperação na área de fiscalização e licenciamento entre todas UCs. A formalização da cooperação será positiva para a gestão das unidades, que possuem quadro reduzido de servidores, na maioria antigos e em tempo de se aposentar. As distâncias não são grandes, o que possibilita o fácil acesso entre as áreas. Foi positiva a demanda partir das equipes, que viram a cooperação como forma de melhorar a gestão das UCs e superar deficiências das equipes, especialmente o pessoal reduzido e a falta de analistas ambientais.



APM Capivara - Confusões

PARNA da Serra da Capivara e PARNA Serra das Confusões

Já há integração dos procedimentos de fiscalização entre as UCs. No entanto, a deficiência de pessoal em ambas equipes não possibilita que haja uma maior integração. Considerando a existência do Mosaico Capivara Confusões, o APM é o arranjo mais indicado.



Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 06

NGI Fernando de Noronha

APA de Fernando de Noronha e PARNA Marinho de Fernando de Noronha

A coordenação Regional entende que a formatação é adequada para um ambiente insular e para a representação e visibilidade institucional e que com este modelo teremos otimização de recursos (humanos, financeiros e estruturais), melhorias nas relações com a sociedade e o entendimento dessa sociedade sobre o papel do ICMBio. A unificação pretendida promove a uniformidade de decisões que são tomadas em nome do ICMBio no território tendo em vista a peculiaridade do ambiente que estão inseridas, o que favorece o fortalecimento do papel institucional perante os atores sociais e a visibilidade local, regional, nacional e internacional.



NGI Araripe

APA Chapada do Araripe, ESEC de Aiuaba, FLONA de Negreiros e FLONA do Araripe-Apodi

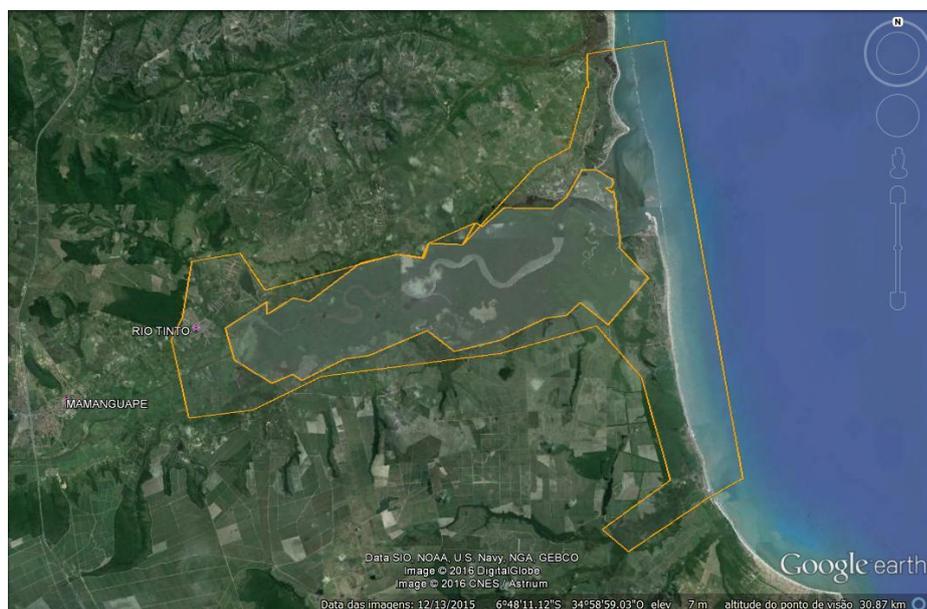
A coordenação Regional entende que a formatação é adequada, mas que sua implementação deve ser programada para médio prazo.



NGI Mamanguape

APA Barra do Rio Mamanguape e ARIE Manguezais da Foz do Rio Mamanguape

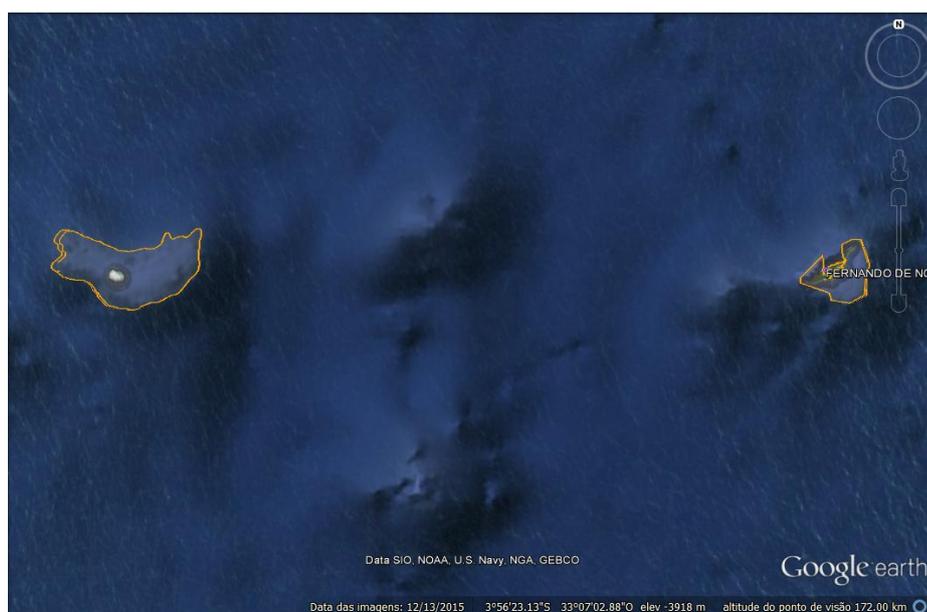
A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Rocas - Noronha

APA de Fernando de Noronha, PARNA Marinho de Fernando de Noronha e REBIO Atol das Rocas

A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o arranjo se encontra em condições de implementação imediata.



APM Litoral Norte da Paraíba

APA Barra do Rio Mamanguape, ARIE Manguezais da Foz do Rio Mamanguape e REBIO Guaribas

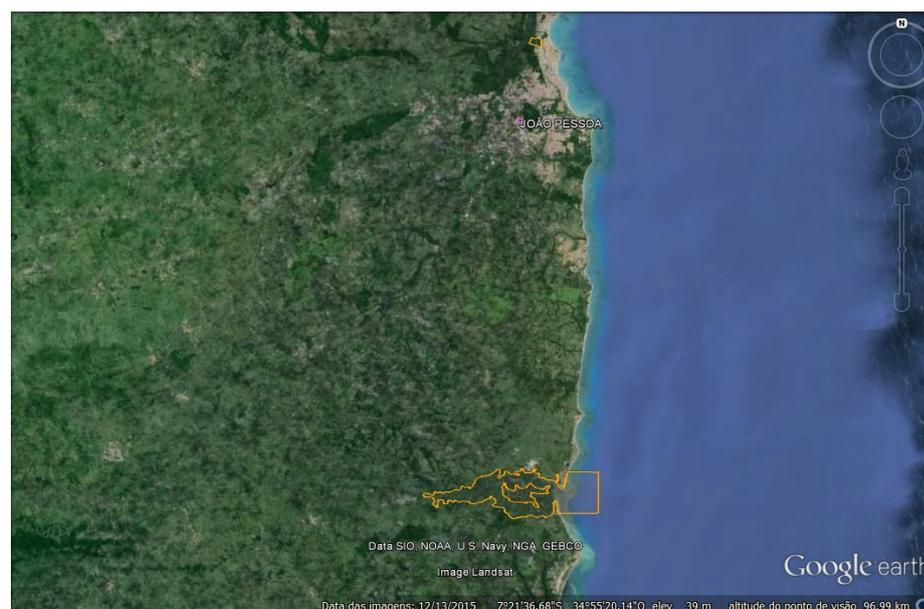
A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Cabedelo

FLONA da Restinga de Cabedelo e RESEX Acaú-Goiana

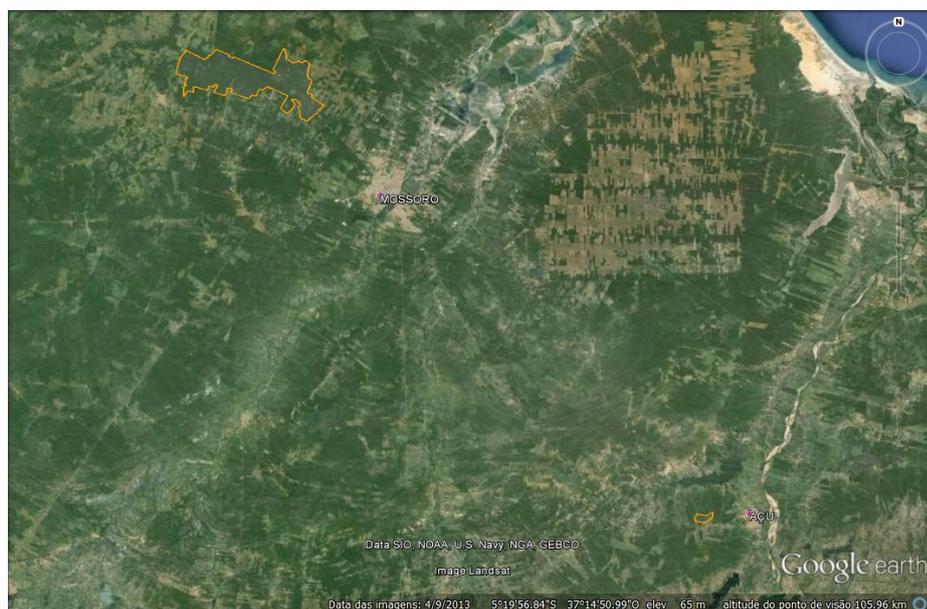
A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Açú - Furna Feia

FLONA de Açú e PARNA da Furna Feia

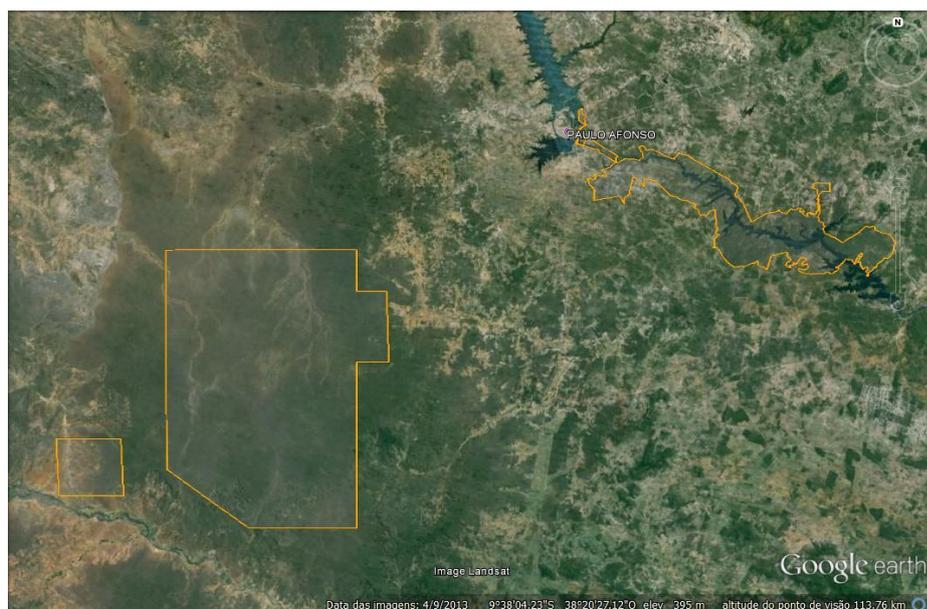
A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Paulo Afonso

ARIE Cocorobó, ESEC Raso da Catarina e MONA do Rio São Francisco

A coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Serra de Itabaiana

FLONA do Ibura e PARNA da Serra de Itabaiana

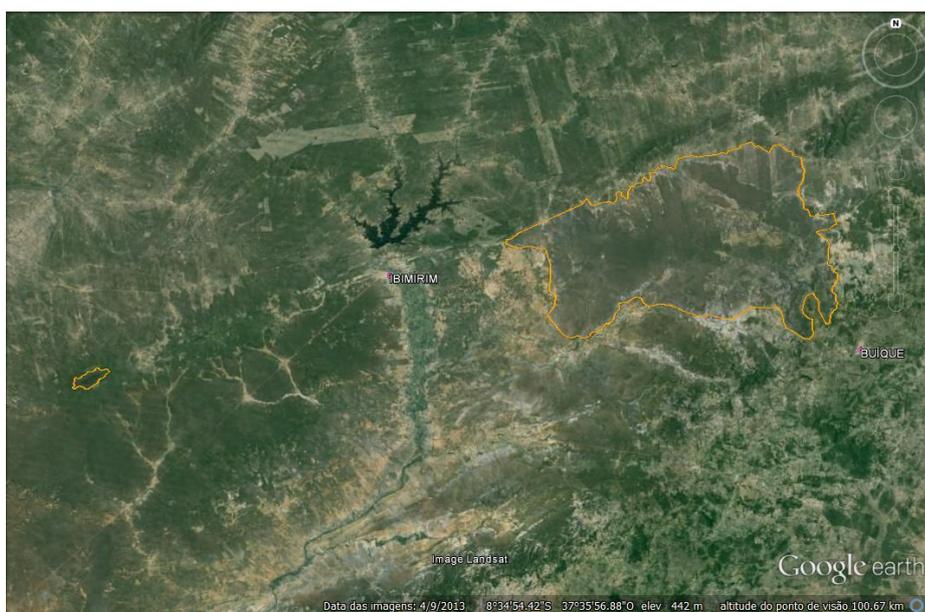
A Coordenação Regional entende que a formação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Serra Negra - Catimbau

PARNA do Catimbau e REBIO de Serra Negra

A Coordenação Regional entende que a formação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



APM Tamandaré

APA Costa dos Corais e REBIO de Saltinho

A Coordenação Regional entende que a formatação é adequada e que o agrupamento se encontra em condições de implementação imediata.



Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 07

NGI Boa Nova

PARNA de Boa Nova e REVIS de Boa Nova

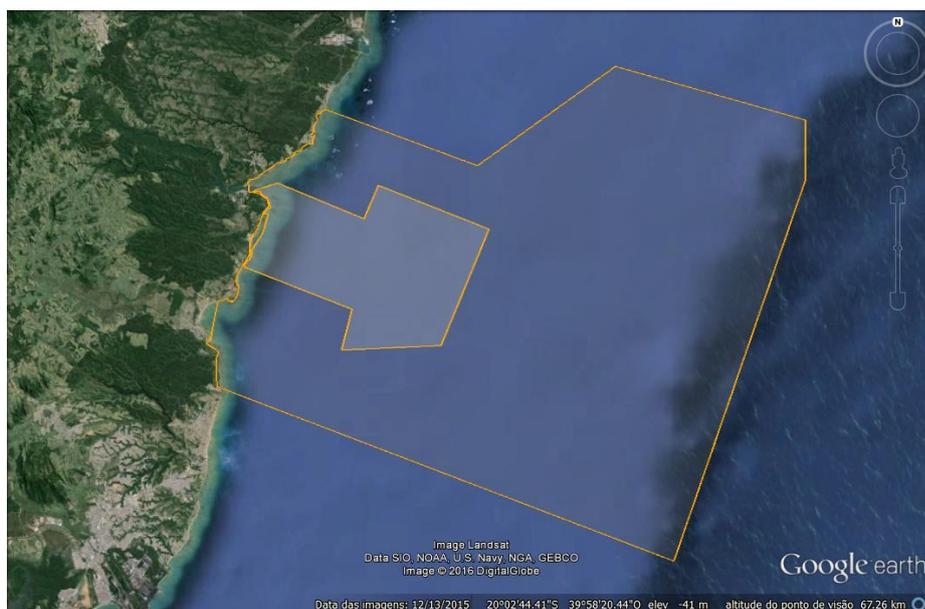
Coordenação Regional concorda com o agrupamento proposto.



NGI Santa Cruz

APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz

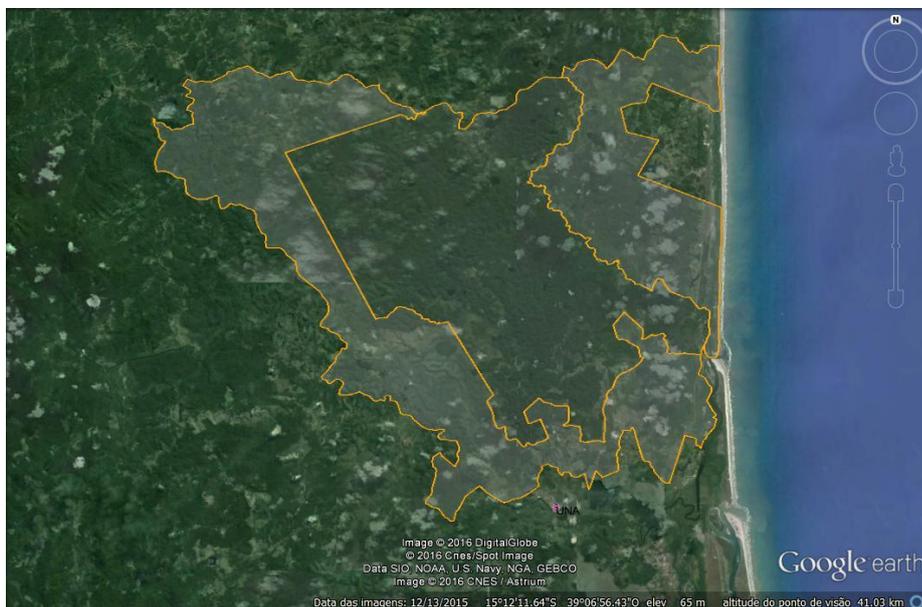
Coordenação Regional concorda com o agrupamento proposto.



NGI Una

REBIO de Una e REVIS de Una

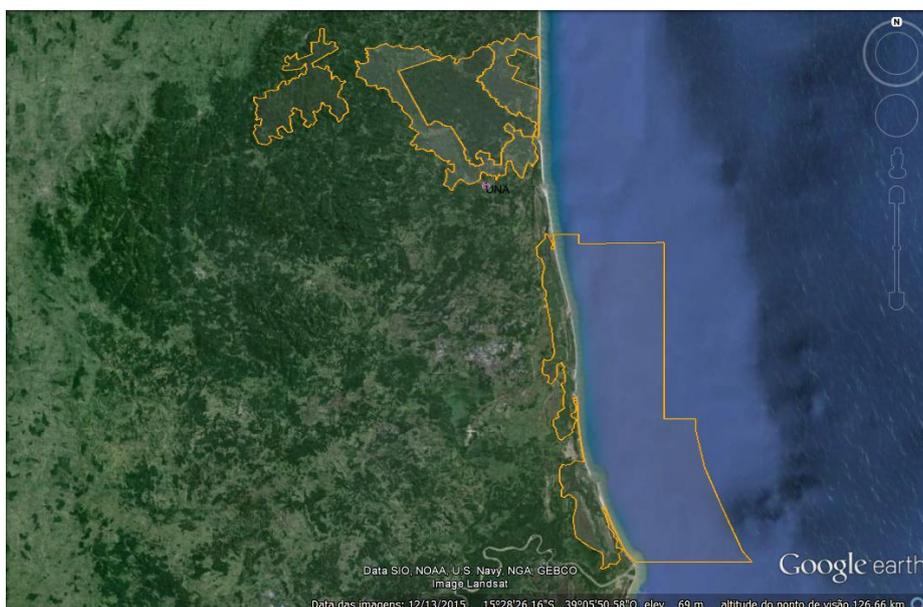
Considerações da chefia do PARNA Serra das Lontras: a equipe da UC não concorda com o agrupamento da unidade no NGI de Una. Considerações da chefia do RVS de Una: a unidade considera adequada a integração da REBIO de Una com o RVS de Una, já que estas UCs compartilham estrutura física, recursos humanos e logística em seu dia a dia. A unidade sugere que o PARNA da Serra das Lontras deva ficar como gestão singular devido: (i) as distâncias envolvidas, pois o acesso ao parque se dá pela BR 101, enquanto as demais são acessadas pela BA 001; (ii) as diferenças históricas de criação entre essas unidades; (iii) e pelo fato das equipes terem se reunido diversas vezes, em 2012, para discutir uma gestão integrada, sem ter avançado para uma proposta que se mostrasse viável.



APM Una

PARNA de Serra das Lontras, REBIO de Una, RESEX de Canavieiras e REVIS de Una

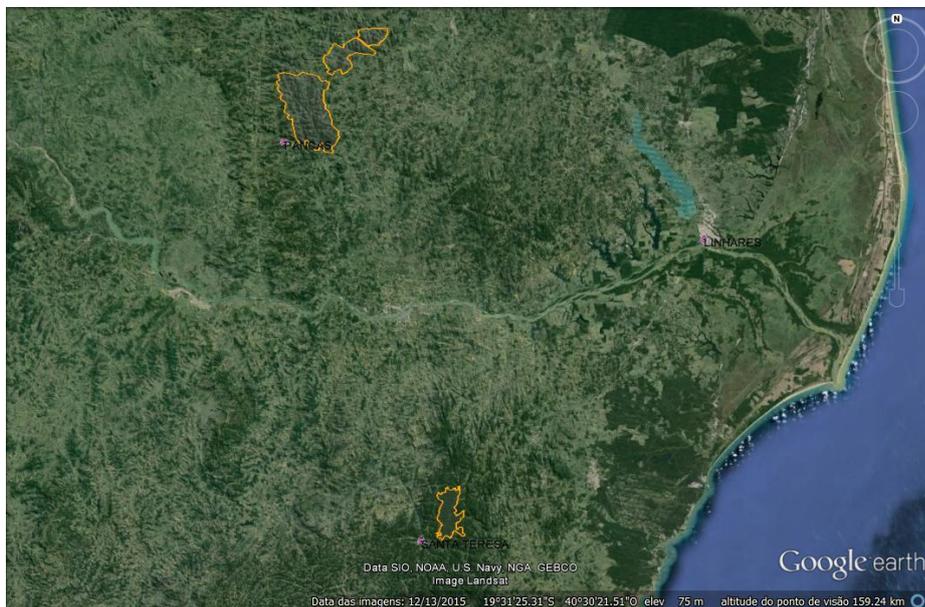
A Coordenação Regional sugere a formação de um Arranjo de Apoio Mútuo envolvendo a REBIO de Una, o RVS de Una, o PARNA da Serra das Lontras e a RESEX de Canavieiras, já que estas UCs possuem boa experiência em ações conjuntas. Considerações da chefia do PARNA Serra das Lontras: a unidade prefere manter-se como gestão singular. No entanto, se for necessário adotar algum arranjo, a opção é por APM, forma menos prejudicial ao parque.



APM Santa Teresa

MONA dos Pontões Capixabas e REBIO Augusto Ruschi

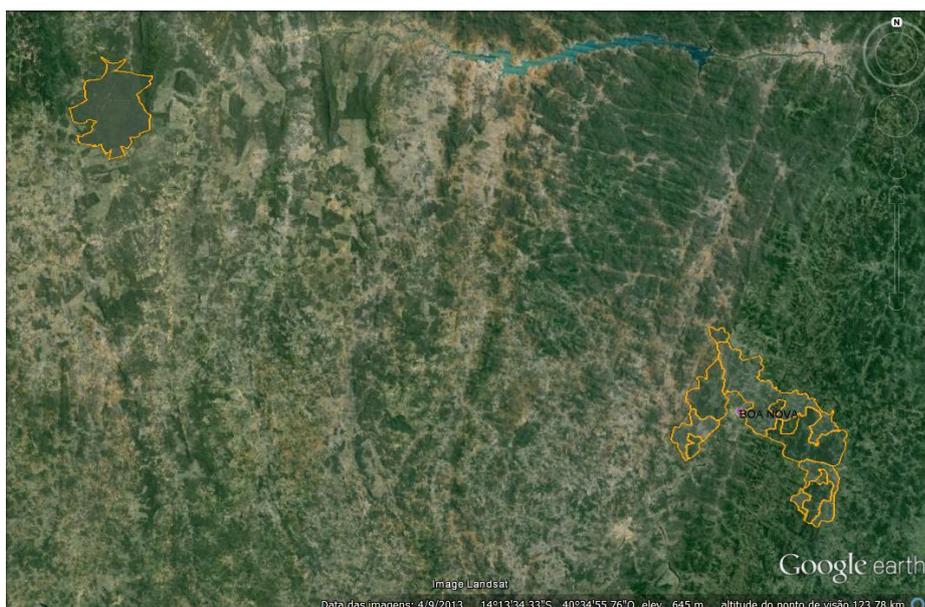
Considerações da chefia do MONA Pontões Capixabas: a UC concorda com a proposta de formação do APM Santa Teresa, com sede na REBIO Augusto Ruschi. Quanto ao nome, ainda existem dúvidas sobre a melhor denominação. Considerações da chefia da REBIO Augusto Ruschi: a UC está de acordo com a proposta.



APM Boa Nova - Sincorá

FLONA de Contendas do Sincorá, REVIS de Boa Nova e PARNA de Boa Nova

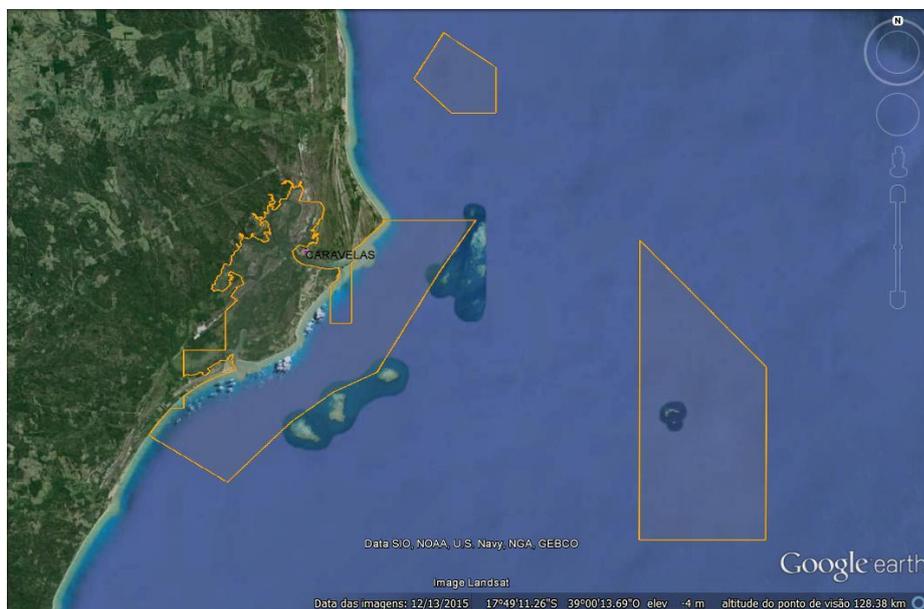
A Coordenação Regional e as unidades de conservação estão de acordo com a proposta, que atende as expectativas de trabalho para a região.



APM Caravelas

PARNA Marinho dos Abrolhos e RESEX de Cassurubá

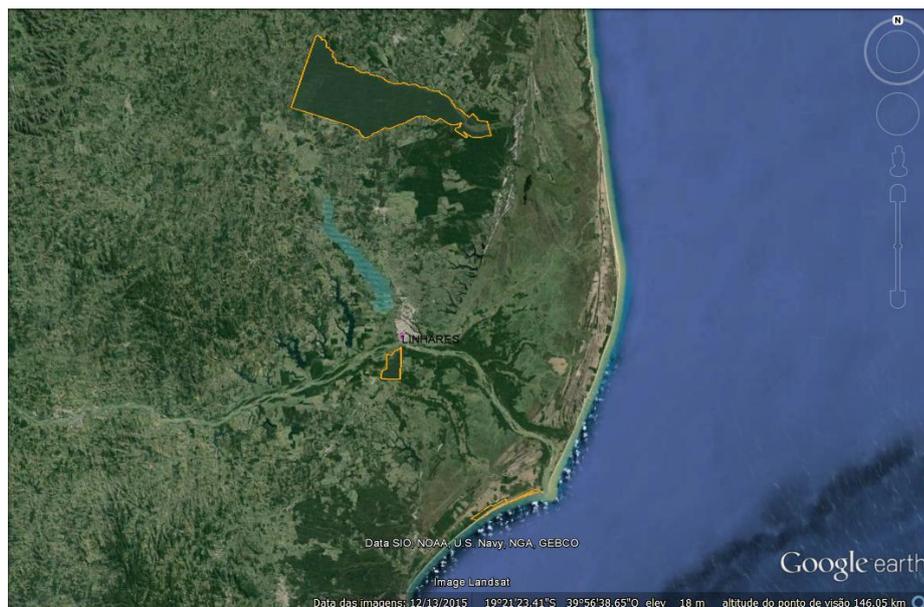
A Coordenação Regional e as unidades de conservação estão de acordo com a proposta.



APM Linhares

FLONA de Goytacazes, REBIO de Comboios e REBIO de Sooretama

Considerações dos chefes das UCs: com base nas características dos agrupamentos gerenciais apresentados, consideramos que as unidades se enquadram melhor no conceito de APM. As unidades possuem suas sedes administrativas, patrimônio móvel e imóvel, e protegem ambientes distintos, embora inter-relacionados (restingas, floresta de aluvião e floresta de tabuleiros), que recebem pressões completamente distintas. Recebem ainda uma expressiva visitação, totalizando mais de 40.000 visitantes por ano. Ganhos baseados no compartilhamento de ações, como fiscalização e combate a incêndios já são obtidos por meio da interação existente entre as três unidades (Mosaico da foz do Rio do Doce - Portaria 489 de 17/12/2010).



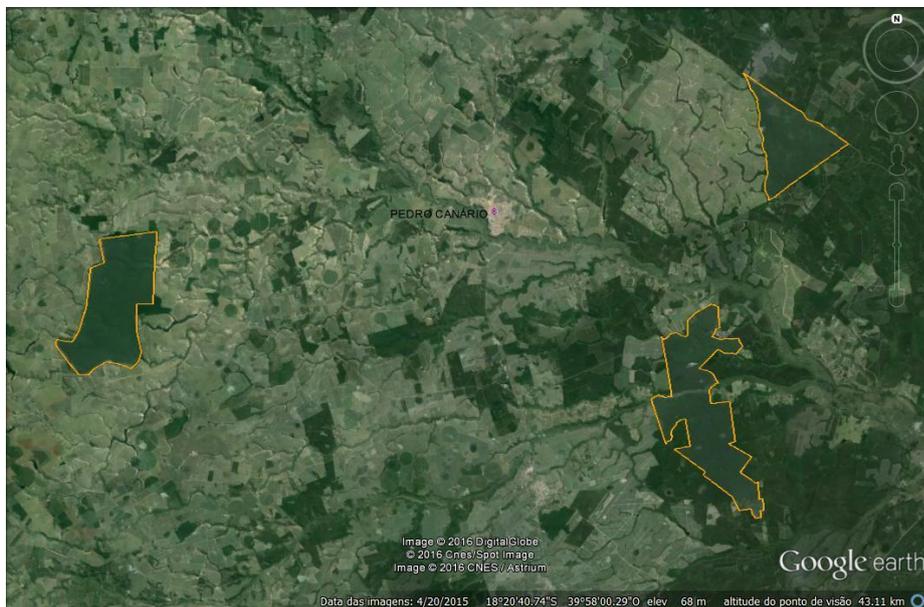
Ganhos baseados no compartilhamento de ações, como fiscalização e combate a incêndios já são obtidos por meio da interação existente entre as três unidades (Mosaico da foz do Rio do Doce - Portaria 489 de 17/12/2010).

APM Norte do Espírito Santo

FLONA de Rio Preto, REBIO do Córrego do Veado e REBIO do Córrego Grande

Considerações da chefia da REBIO Córrego, da chefia da FLONA rio Preto e da chefia da REBIO Córrego do Veado: com base nas características dos agrupamentos gerenciais apresentados no documento enviado pela Presidência, consideramos que as unidades se enquadram melhor no conceito de Arranjo de Apoio Mútuo (APM).

As REBIOs Córrego do Veado e Córrego Grande e a FLONA do Rio Preto possuem características importantes, conforme listamos abaixo: (i) todas as UCs possuem uma boa infraestrutura física, com escritório, alojamento para

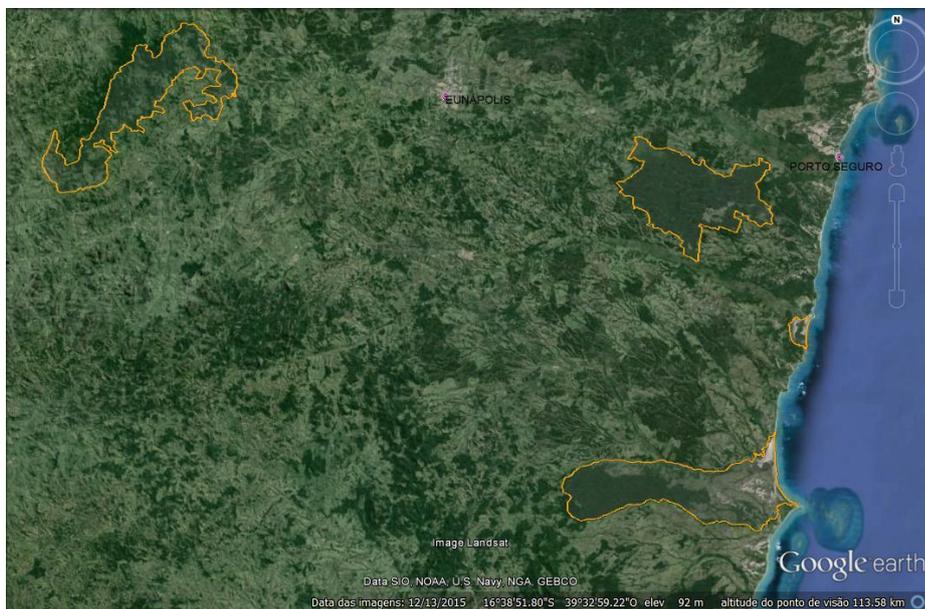


pesquisadores, garagem, oficina, centro de visitantes, residência funcional, viveiros etc. Tal estrutura física necessita de constante acompanhamento, manutenção e limpeza; (ii) ambas as REBIOs, apesar de serem unidades do grupo de proteção integral, recebem visitação expressiva das escolas da região, uma vez que se constituem no único local para desenvolvimento deste tipo de atividade na região. O mesmo acontece com a FLONA do Rio Preto, que permite também a visitação recreacional, além da com finalidade de educação ambiental; (iii) as três unidades possuem alojamento para pesquisadores e recebem dezenas de equipes de pesquisa por ano, necessitando de um acompanhamento e apoio logístico para a realização de tais atividades; (iv) todas as três UCs possuem uma alta pressão de caça, que consideramos parcialmente inibida pela presença física de funcionários e servidores (residentes inclusive) em tais unidades, uma vez que são realizadas rondas de fiscalização e monitoramento frequentemente. A redução de servidores certamente acarretará o incremento das atividades de caça nas UCs; (v) é frequente a ocorrência de incêndios florestais no entorno das três unidades, como o vivenciado em dezembro de 2015, no sul da BA e norte do ES, devido ao constante déficit hídrico da região. O controle e combate a tais incêndios se deve a presença de servidores e ao rápido início das ações de combate; (vi) o fato das três unidades possuírem brigadas de prevenção, também contribui para a diminuição das ocorrências de incêndio, uma vez que, no ano de 2015, vários focos de incêndios foram combatidos antes que atingissem as UCs. Assim, consideramos que é primordial a manutenção das brigadas nas três UCs, com contratações realizadas a nível local de cada unidade, facilitando assim o processo de contratação anual, uma vez que a cada ano, se faz necessária a renovação dos membros das brigadas; (vii) salientamos também que todas as três UCs são antigas, sendo duas com mais de 25 (vinte e cinco) anos de criação. No caso da REBIO Córrego do Veado são mais de 60 (sessenta) anos, com boa infraestrutura física e consolidação institucional e com expressivo histórico de parcerias regionais além de uma excelente relação com as comunidades do entorno; (viii) o pretendido ganho em compartilhamento de ações como fiscalização e combate a incêndios já é efetuado pela interação já existente e de longa data entre as três unidades e inclusive com outras unidades do norte do ES, a exemplo do combate a incêndios florestais na REBIO de Sooretama, realizado em dezembro de 2015.

APM Porto Seguro

PARNA do Alto Cariri, PARNA do Monte Pascoal, PARNA Pau Brasil e REVIS do Rio dos Frades

Considerações da chefia do PARNA do Monte Pascoal e da chefia do RVS Rio dos Frades: estão de acordo com a inclusão do PARNA Monte Pascoal e PARNA Alto do Cariri no APM Porto Seguro. Considerações da chefia do PARNA do Alto Cariri: foi compreensível que o Cariri tenha sido colocado como UC de gestão singular devido ao seu isolamento territorial, e que apesar de sua sede ficar em Porto Seguro, o parque sempre ficou isolado devido a sua distância. De qualquer forma, há concordância do PARNA Alto Cariri em fazer parte do APM Porto Seguro.



Informações enviadas pela chefia do PARNA do Pau Brasil, para reunião realizada em 26/02/2016: a proposta foi discutida entre os servidores das UC que, de alguma maneira hoje utilizam a CR 07 como base de trabalho ou ainda como local para guarda de veículos, endereço de correspondência entre outros. As UC envolvidas possuem, em diferentes graus de intensidade, dificuldades operacionais que hoje, graças a presença da CR 07 e sua equipe, dão apoio e suporte às operações. Todas as utilizam a garagem da CR 07 como local de guarda que é de muita importância uma vez que todas demandam logística de veículos para deslocamentos. Esta proposta faz sentido para estruturação das necessidades físicas e manutenção da integração, principalmente pela possibilidade de encerramento das atividades da CR-07, local de apoio e sede de muitas das UC listadas. A seguir, é apresentado um breve relato de situação de cada uma das unidades (infraestrutura e pessoal):

- PARNA Pau Brasil: Possui sede no interior da UC, distante cerca de 40 km do centro de Porto Seguro. A sede foi recentemente reformada e ampliada. Possui, além da parte administrativa, base de combate a incêndios florestais e mini-centro de visitantes. Utiliza a garagem e sala de apoio na CR 07 para reuniões de trabalho. Em trabalho realizado pela TNC – The Nature Conservancy e IBIO – Instituto Bioatlântica, realizado em 2015-16, está sendo proposto a criação de um corredor que ligará o PNPB a RPPN Estação Veracel. A área da CEPLAC pretendida para instalação da sede do APM configura como importante conector destes grandes remanescentes. Possui 4 servidores 2 Analistas Ambientais e 2 Técnicos Administrativos.
- PARNA Monte Pascoal: Possui pequena sede precária na unidade e também usa a CR como escritório. A questão do domínio e uso dos recursos da UC provoca enormes dificuldades administrativas para a gestão do ICMBio. Como a questão requer amplo debate e decisões que perpassam a interlocução com a FUNAI e demais instâncias públicas do município de Porto Seguro, a fixação de um ponto de despacho seguro e adequado para a chefia da UC e próximo dos demais apoios intra e interinstitucionais se faz necessário. Por essa razão, sua atual sede está situada no escritório da Regional. Possui 2 servidores: 1 Analista Ambiental e 1 Técnico Administrativo.
- PARNA Alto Cariri: Não possui sede na UC. Utiliza, por empréstimo, sala na Casa dos Recursos Naturais do INEMA (órgão estadual do meio ambiente) em Eunápolis (cerca de 60 km de Porto Seguro). Utiliza a garagem da CR para guarda dos veículos oficiais. Em conversas com a chefe da UC foi manifestada a vontade de ter sede compartilhada com outros servidores para apoio administrativo, sem perder a sala do INEMA, que é ponto de atendimento aos moradores do Parque e entorno. Possui 1 servidor 1 Analista Ambiental.

- REVIS Rio dos Frades: Devido às características da REVIS – áreas particulares permitidas e, sendo a área da UC totalmente particular – a UC não possui sede. Utiliza sala no prédio da Coordenação Regional. Não se prevê, no curto prazo, sede própria para a unidade. Possui 1 servidor 1 Analista Ambiental.

Em conversas entre os servidores e chefes das UCs listadas foi aventada a possibilidade de pleitearmos, junto à CEPLAC, o uso do escritório que a autarquia possui em Porto Seguro. Essa negociação deverá ser realizada pelas instâncias superiores do ICMBio com os superiores da CEPLAC. A Coordenação Regional já teve planos de utilizar instalações da CEPLAC, mas essa intenção não foi concluída. A CEPLAC possui poucos servidores no local e compartilha a área com o IBAMA – CETAS e a CIPPA (Polícia Ambiental - PM). Ainda possui escritório no local e algumas casas funcionais. Acreditamos que, devido ao fechamento de diversas unidades da CEPLAC, haverá facilidade na negociação de uso das instalações para abrigarmos o APM Porto Seguro.

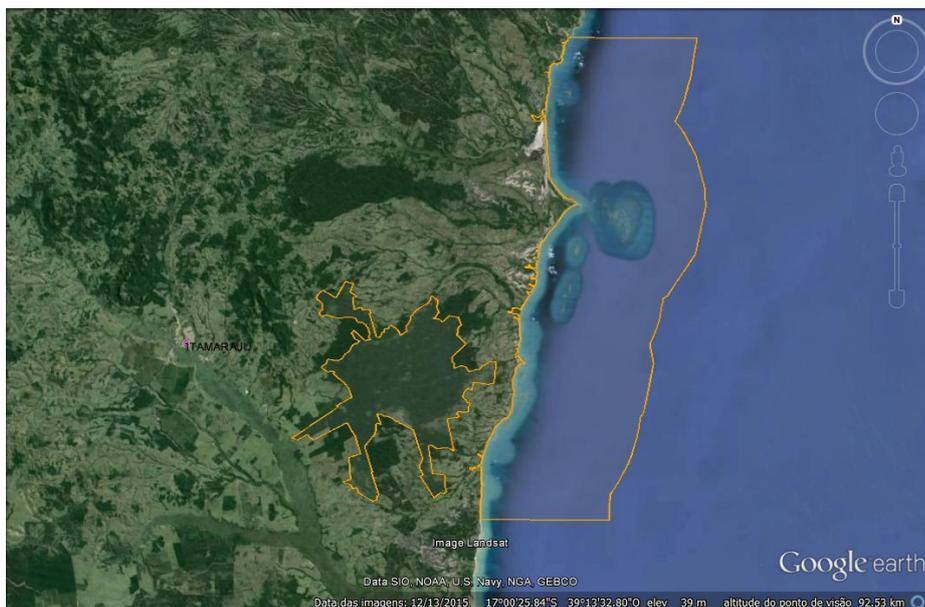
Como vantagens do uso dessas instalações vemos: (i) escritório em bom estado de conservação; (ii) fácil acesso; (iii) ampla área de estacionamento; (iv) localizado em frente à sede da polícia ambiental (nossa maior parceira nas ações de fiscalização); (v) situado ao lado do IBAMA – CETAS (local de destinação dos animais apreendidos); (vi) próximo a RPPN Estação Veracel (maior RPPN do Nordeste e sempre apoia iniciativas do ICMBio/PNPB); (vii) proximidade a Porto Seguro (17 km); (viii) proximidade a Polícia Rodoviária Federal (2 km); (ix) amplo local para depósito de apreensões; (x) pode servir de ponto de apoio a outras UCs do Sul e Extremo Sul da Bahia, pois o aeroporto que oferece serviços para essas UCs fica em Porto Seguro; (xi) num futuro, toda a área poderia até se tornar uma UC com toda área doada para o ICMBio, caso a Instituição deseje.

Necessidades para instalação da sede do APM junto a CEPLAC: (i) 1 posto vigilância 12\36*; (ii) 1 posto ASG* (iii) 1 posto Recepcionista*; (iv) 1 posto motorista *; (v) 1 ponto internet; (vi) 1 ponto telefone. Os itens assinalados com (*) já existem em contrato com a atual Coordenação Regional, e representam pequeno investimento se pensarmos que serão 4 UC usufruindo do mesmo espaço.

APM de Prado

PARNA Descobrimento e RESEX Corumbau

Coordenação Regional concorda com proposta. Unidades não deram retorno em tempo hábil.



Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 08

NGI Guanabara

APA de Guapi-Mirim e ESEC da Guanabara

Coordenação Regional concorda com a proposta. Agrupamento pode ser implementado em curto prazo.



NGI Serra dos Órgãos

APA de Petrópolis e PARNA da Serra dos Órgãos

Coordenação Regional concorda com a proposta. Agrupamento pode ser implementado em curto prazo.



NGI Itatiaia

APA Serra da Mantiqueira e PARNA Itatiaia

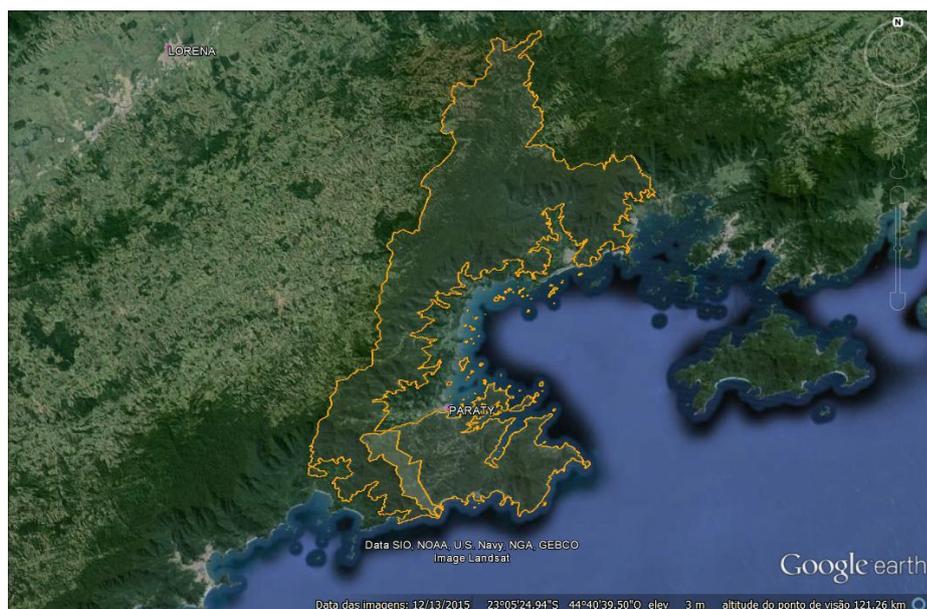
Coordenação Regional concorda com a proposta.



NGI Bocaina

APA de Cairuçu e PARNA da Serra da Bocaina

Coordenação Regional concorda com a proposta.



NGI Mico Leão

APA da Bacia do Rio São João - Mico Leão, REBIO de Poço das Antas e REBIO União

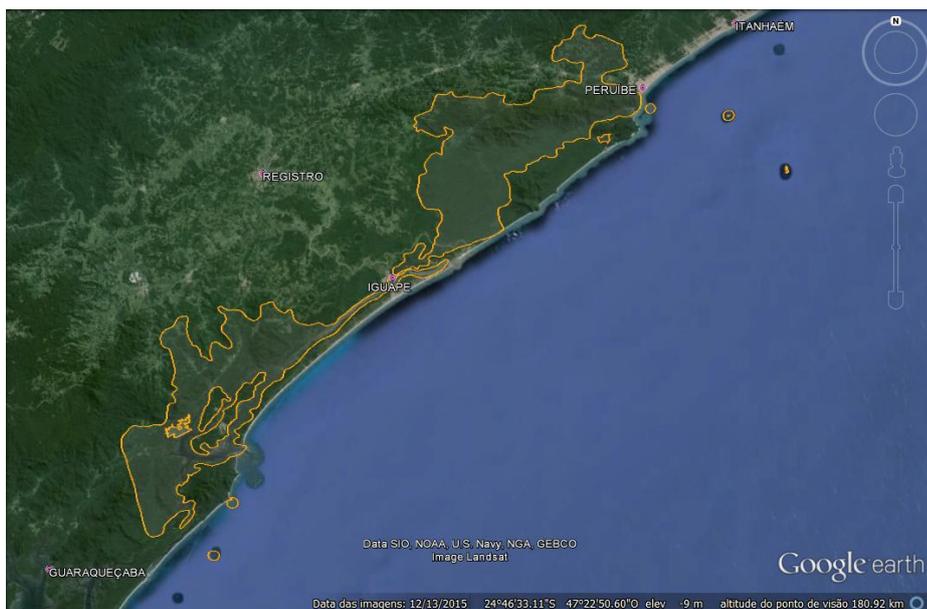
Coordenação Regional concorda com a proposta.



NGI Litoral Sul de São Paulo

APA de Cananéia-Iguapé-Peruíbe, ARIE Ilha Ameixal, ARIE Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena, ESEC dos Tupiniquins e RESEX Mandira

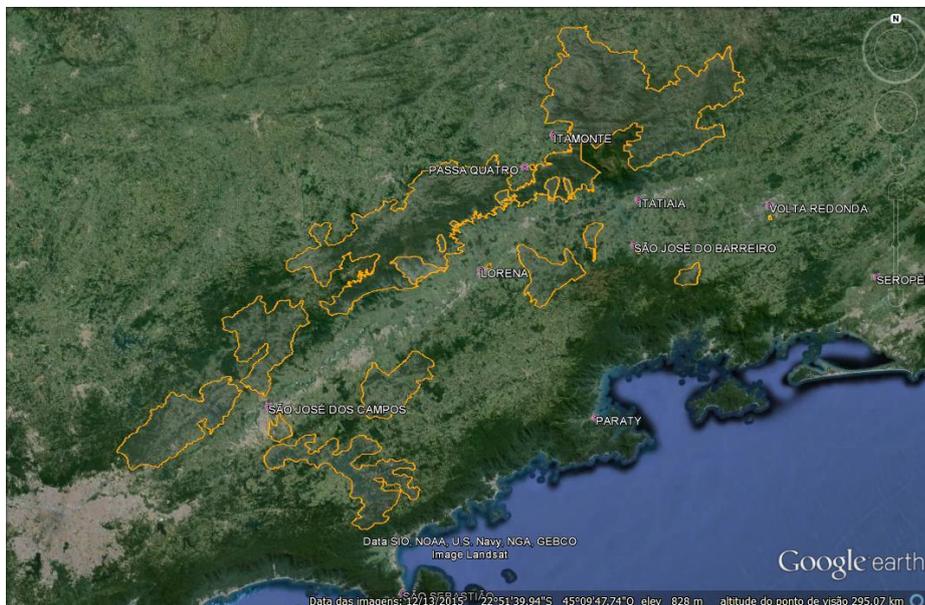
Coordenação Regional concorda com a proposta.



APM Mantiqueira

APA Serra da Mantiqueira, ARIE Floresta da Cicuta, FLONA de Lorena, FLONA de Passa Quatro e APA Bacia do Paraíba do Sul

Coordenação Regional concorda com a proposta. Agrupamento pode ser implementado em curto prazo. Mas em razão das grandes distâncias e número de municípios/estados envolvidos, haveria necessidade de garantir recursos de diária para deslocamentos.



APM Central Fluminense

FLONA de Mário Xavier, REBIO do Tinguá, APA de Petrópolis e PARNA da Serra dos Órgãos

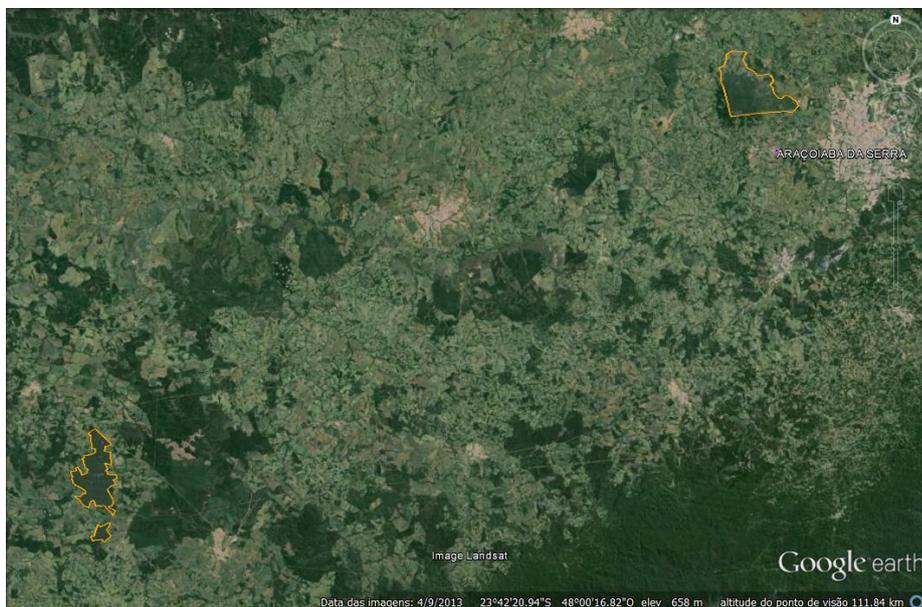
Coordenação Regional concorda com a proposta.



APM Interior Paulista

FLONA de Capão Bonito e FLONA de Ipanema

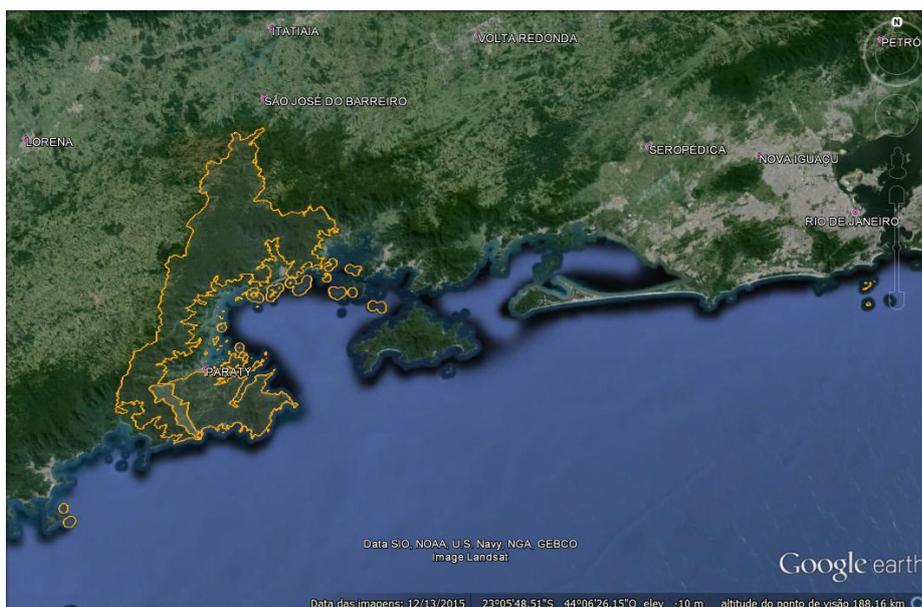
Coordenação Regional concorda com a proposta.



APM Litoral Rio - São Paulo

APA de Cairuçu, PARNA da Serra da Bocaina, ESEC de Tamoios, ESEC de Tupinambás e MONA das Ilhas Cagarras

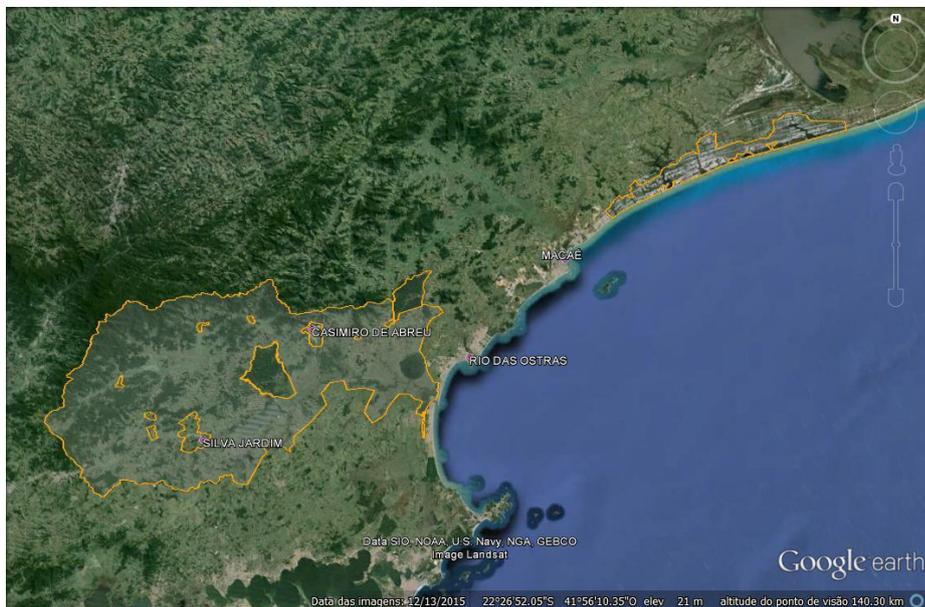
Coordenação Regional tem dúvidas sobre a constituição do arranjo, pois se o agrupamento é marinho (temático), não deveria incluir PN Bocaina. Se o recorte é territorial, não deveria incluir MONA Cagarras.



APM Norte Fluminense

APA da Bacia do Rio São João - Mico Leão, REBIO de Poço das Antas, REBIO União e PARNA Res-tinga de Jurubatiba

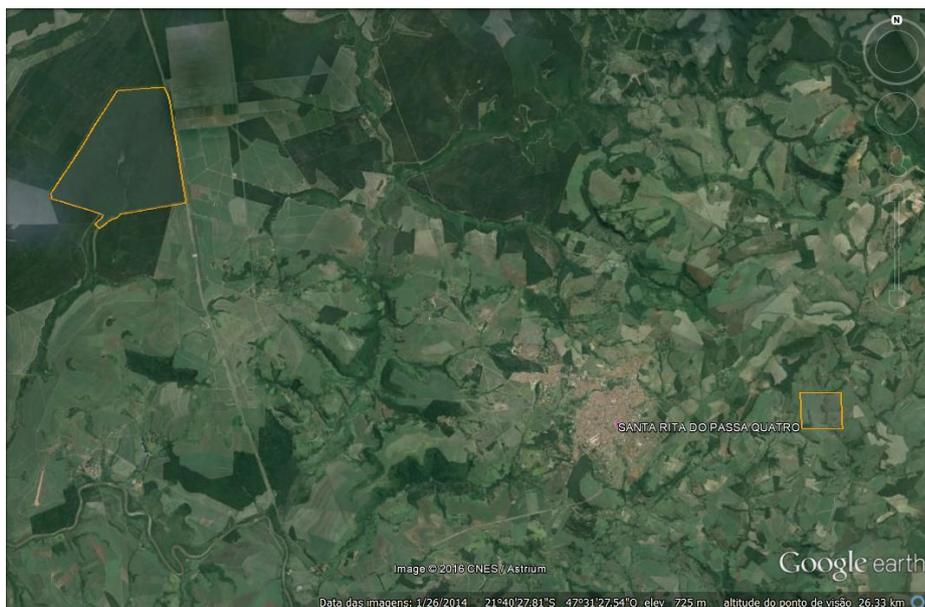
Coordenação Regional concorda com a proposta.



APM Vassununga - Pé-de-Gigante (CR-08 e CR-11)

ARIE Vassununga e ARIE Pé-de-Gigante

Coordenação Regional concorda com a proposta.

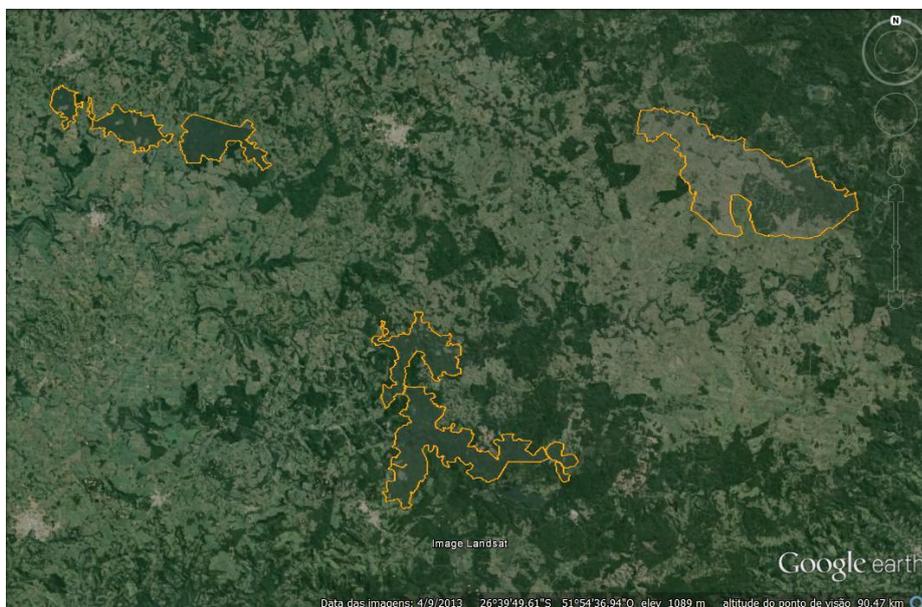


Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 09

NGI Araucárias

ESEC de Mata Preta, PARNA das Araucárias e REVIS dos Campos de Palmas

Atualmente são apenas três analistas efetivamente trabalhando no escritório de Palmas, para as três UCs. As três UCs não são contínuas e as áreas não são ecologicamente similares. Deve-se incentivar o desenvolvimento de parcerias técnicas entre o RVS Campos de Palmas com outras UCs com campos nativos de altitudes, dada à similaridade ecológica. O atual arranjo do escritório já é muito semelhante ao proposto para um APM, embora devido ao quadro de pessoal bastante reduzido, exista grande dificuldade de cumprir com as missões

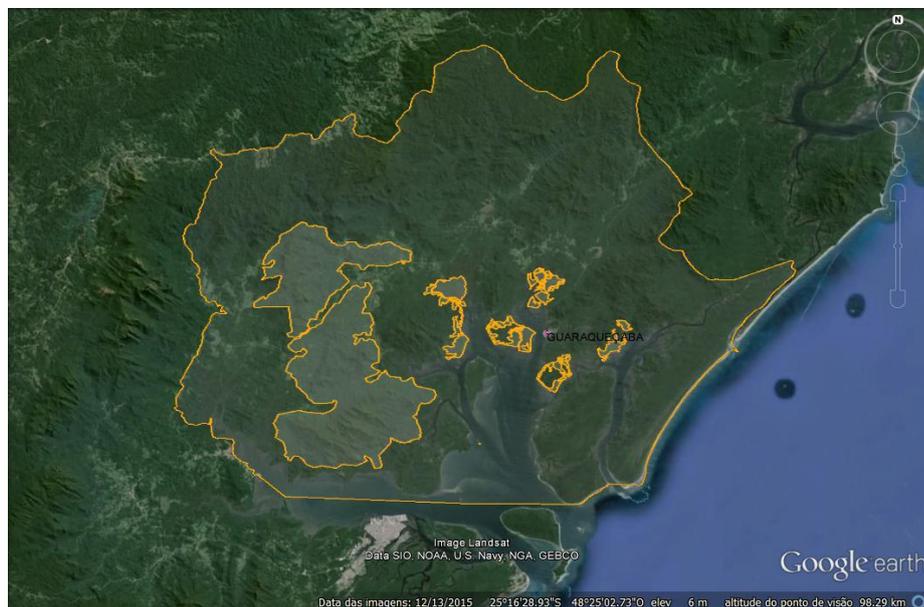


das UCs. O mais importante, em qualquer formato, é aumentar o número de servidores do ICMBio e/ou terceirizados. Acreditam que seja possível a implantação de um NGI com DAS 101.2 para o chefe de território. Nesse agrupamento, supondo a nomeação de um chefe de território que não seja da atual equipe das UCs, poder-se-ia contar com mais uma pessoa direcionada à articulação e gestão do território. Informam que esse cenário parece mais favorável que o atual. Porém, haverá um agravamento da situação de falta de pessoal se houver apenas remanejamento dos atuais analistas em novos cargos, sendo que nesse cenário, a gestão ficaria mais complicada para as três UCs e seria mais conveniente a organização como APM, permanecendo chefias específicas para cada UC. Equipes das UCs entenderam o contexto e gostaram da proposta e da possibilidade da vinda do Ricardo Jerolimsky para exercer a função de Chefe de Território. Importante que seja definido o número mínimo de servidores para cada modelo de agrupamento de gestão, tanto a equipe mínima quanto a ideal. Se não forem estabelecidos esses mínimos, corremos o risco de reduzir ainda mais as equipes e até chegar, em alguns casos, a “equipes” com um servidor para gestão de territórios. Entendemos que o nome mais adequado ao BGI seja Araucárias e não Campos de Palmas.

NGI Guaraqueçaba

APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus

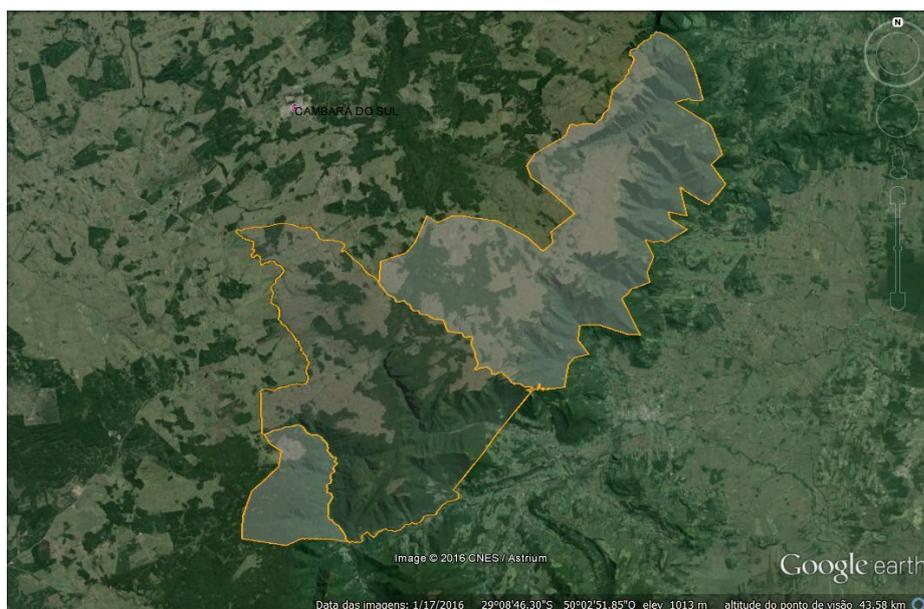
Coordenação Regional sugere NGI com REBIO Bom Jesus, ESEC e APA Guaraqueçaba, mantendo a centralidade da gestão e sede compartilhada em Antonina, sem extinção de estrutura em Guaraqueçaba. Nesta proposta de agrupamento, o PARNA Superagui permanece como UC de gestão singular por complexidade, com sede própria em Superagui.



NGI Aparados da Serra

PARNA da Serra Geral e PARNA de Aparados da Serra

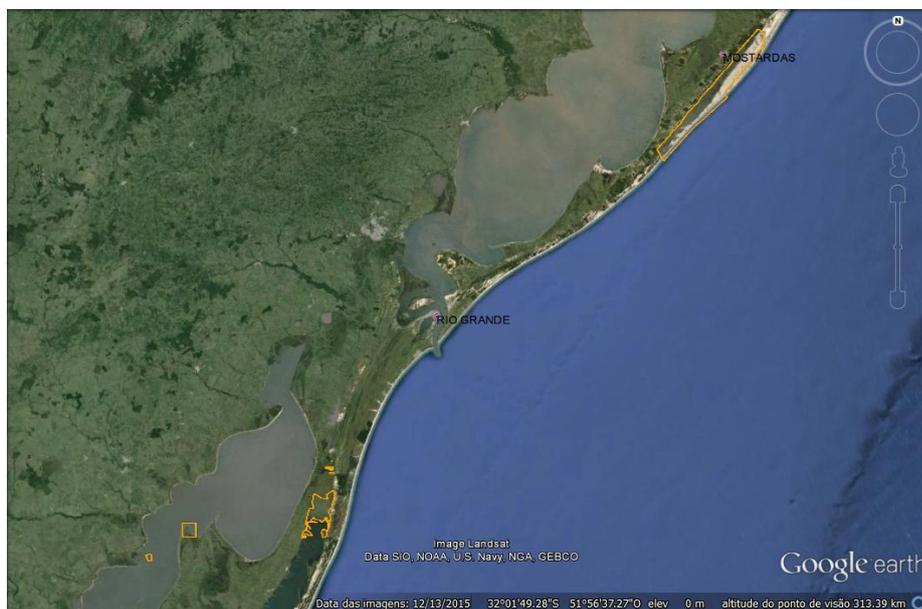
Segundo a Coordenação Regional, há relatos de que a criação de Serra Geral se deu dessa forma, pois o processo de ampliação de Aparados da Serra seria menos provável de ter sucesso. A gestão é complexa, mas as duas UCs já funcionam de forma integrada. Entendemos que seria mais adequado alterar nome para NGI Aparados da Serra. UCs informam que concordam com as proposições a Coordenação Regional.



APM Marismas

ESEC do Taim, PARNA da Lagoa do Peixe e ARIE Pontal dos Latinos e Pontal dos Santiagos

A ESEC do Taim tem 11 mil hectares de área decretada, dos quais 155 abrangem a Ilha do Taquari, na fronteira com Uruguai. A área efetivamente protegida abrange 21 mil hectares, desapropriadas e com emissão de posse para a União desde 1982. Conta com cinco bases, das quais quatro dispõe de servidores, boa estrutura e veículos. A ESEC está envolvida diretamente na gestão da BR 471, nas linhas de transmissão de energia, na hidrovia, nos parques eólicos, controle de incêndios, silvicultura, controle de tráfego em 160



Km de orla marítima e ações conjuntas com Polícia e Receita Federal, FEPAM e Prefeituras. Tem acordos vigentes com as duas Universidades Públicas mais importantes do Rio Grande do Sul (UFRGs e FURG) e Embrapa. A proposta de Zona de Amortecimento tem cerca de 70 mil hectares e tem tido influência positiva nas propriedades e empreendimentos rurais do entorno, tais como estabelecimento de trilhas e formação de monitores, arroz orgânico Amigo do Taim, soja orgânica, arborização com nativas e pecuária sustentável. A UC manifestou que já faz a proteção da ARIE Pontal dos Latinos e Pontal de Santiago. UC contribuiu para a explanação das justificativas acima.

Considerações da equipe do CEP SUL: deve ser avaliada possibilidade de integração das ações de pesquisa no PARNA Lagoa do Peixe e ESEC Taim, com apoio direto da Base do CEP SUL em Rio Grande. Propomos que a ESEC acolha a gestão da ARIE Pontal dos Latinos constituindo um NGI. A ESEC atende ainda as demandas das RPPNs Pontal da Barra e Santa Rita. A UC tem 11 mil ha de área decretada, dos quais 155 abrangem a Ilha do Taquari, na fronteira com Uruguai. A área efetivamente protegida abrange 21 mil ha, desapropriadas e com emissão de posse para a União desde 1982. Conta com cinco bases, das quais quatro dispõe de servidores, boa estrutura e veículos. A ESEC está envolvida diretamente na gestão da BR 471, nas linhas de transmissão de energia, na hidrovia, nos parques eólicos, controle de incêndios, silvicultura, controle de tráfego em 160 Km de orla marítima e ações conjuntas com Polícia e Receita Federal, FEPAM e Prefeituras. Tem acordos vigentes com as duas Universidades Públicas mais importantes do Rio Grande do Sul (UFRGs e FURG) e Embrapa. A proposta de Zona de Amortecimento tem cerca de 70 mil hectares e tem tido influência positiva nas propriedades e empreendimentos rurais do entorno, tais como estabelecimento de trilhas e formação de monitores, arroz orgânico Amigo do Taim, soja orgânica, arborização com nativas e pecuária sustentável. UC manifestou que já faz a proteção da ARIE Pontal dos Latinos e Pontal de Santiago.

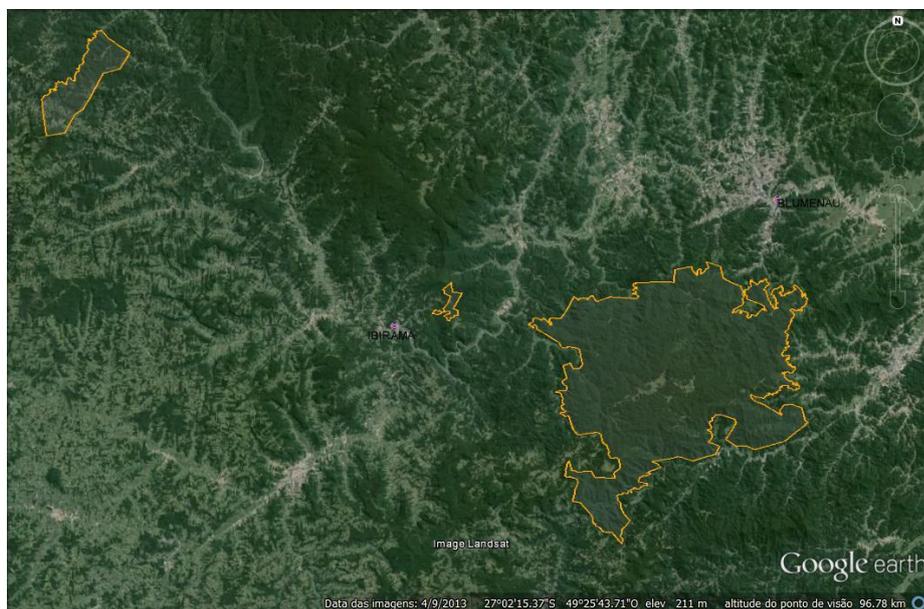
Gostaríamos de propor a discussão de um agrupamento institucional envolvendo a ESEC Taim, o PARNA Lagoa do Peixe e o CEP SUL (a partir de sua base em Rio Grande). Desde o ano passado, iniciamos a construção de um PAN voltado para as marismas, formações que permeiam as lagoas e lagunas do sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (onde estão as UCs citadas), dentre elas a maior laguna da América do Sul (Lagoa dos Patos). Esta proposta visa se constituir em uma experiência piloto de PAN voltado a uma planificação de ações de conservação em nível de território, agregando as Unidades de Conservação, as universidades, os fóruns de pesca e as demais representações da sociedade civil. A proposta está inserida como subprojeto no Projeto “Ação integrada para melhoria do estado de conservação das espécies marinhas ameaçadas”, apoiado pelo CNPq, em anexo (o qual tem trabalhado a integração entre os

centros marinhos no monitoramento da biodiversidade, na avaliação de espécies ameaçadas e na otimização e sinergia de ações de PANs). A ESEC Taim e o PARNA Lagoa do Peixe, UCs envolvidas no citado território, tem tido um papel fundamental para a conservação dos ecossistemas lacustres do RS, bases de cadeias alimentares em grande parte do oceano atlântico e berçário de uma ampla e característica biodiversidade. Seus desafios e estratégias de gestão são semelhantes, bem como grande parte de seus parceiros, dentro e fora de seus conselhos. A proposta de ampliação da ESEC Taim e de criação do PARNA Albardão, ambas em andamento, tem nas instituições parceiras destas UCs (bem como nelas próprias), sua origem e fundamentação. O CEPSUL, especialmente a partir da articulação da planificação de ações de conservação em nível territorial (iniciada a partir do citado Projeto), mas também a partir de ações de monitoramento da biodiversidade, vem contribuindo neste processo. Para contribuir de forma eficaz nesta construção, temos envidado esforços na renovação estrutural e de pessoal de nossa base em Rio Grande, cidade geograficamente estratégica (nucleadora) para este processo de articulação. Enfim, cremos que o agrupamento proposto poderia ter um papel fundamental para a otimização da gestão destas UCs, para a articulação de ações de conservação de espécies ameaçadas (especialmente via PAN territorial e monitoramento da biodiversidade), para um olhar institucional mais qualificado para os ecossistemas das lagoas do RS/SC, para a otimização de uma gestão territorial contando com múltiplas parcerias institucionais locais e regionais e, inclusive, para a mobilização de criação/ampliação de UCs (Albardão, Taim). Caso haja possibilidade dessa discussão, ficamos à disposição para participar.

APM Itajaí

ARIE Serra das Abelhas e Rio da Prata, FLONA de Ibirama e PARNA da Serra do Itajaí

A coordenação Regional indica que deve haver institucionalização de algumas ações em apoio mútuo do PARNA Serra do Itajaí com a FLONA Ibirama e ARIE Serra da Abelha.

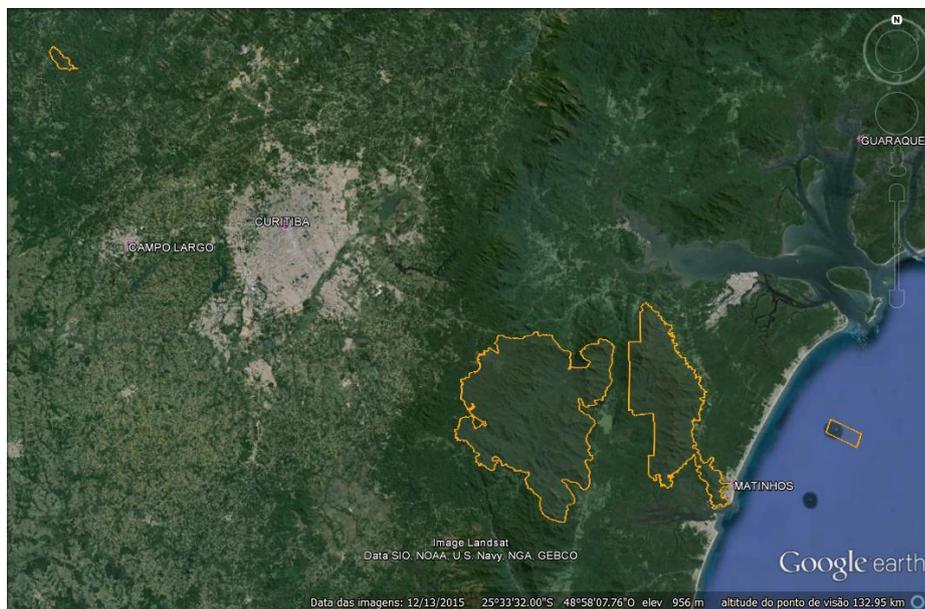


APM Saint-Hilaire - Currais - Guaricana - Açungui

PARNA de Saint-Hilaire/Lange, PARNA Ilha dos Currais, PARNA Guaricana e FLONA de Açungui

Após reunião da CR-09 com a chefia destas três UCs, entende-se que deva haver um APM envolvendo o PARNA de Saint-Hilaire/Lange, o PARNA Ilha dos Currais e o PARNA Guaricana. O Chefe do PARNA Saint-Hilaire se prontificou a trabalhar nos processos de regularização fundiária de forma concomitante com o PARNA Guaricana. A Chefe do PARNA Guaricana se prontificou a trabalhar pelo Plano de Manejo dos dois Parques de forma concomitante. Verificou-se muitas vantagens em se trabalhar a fiscalização de forma conjunta entre os três parques.

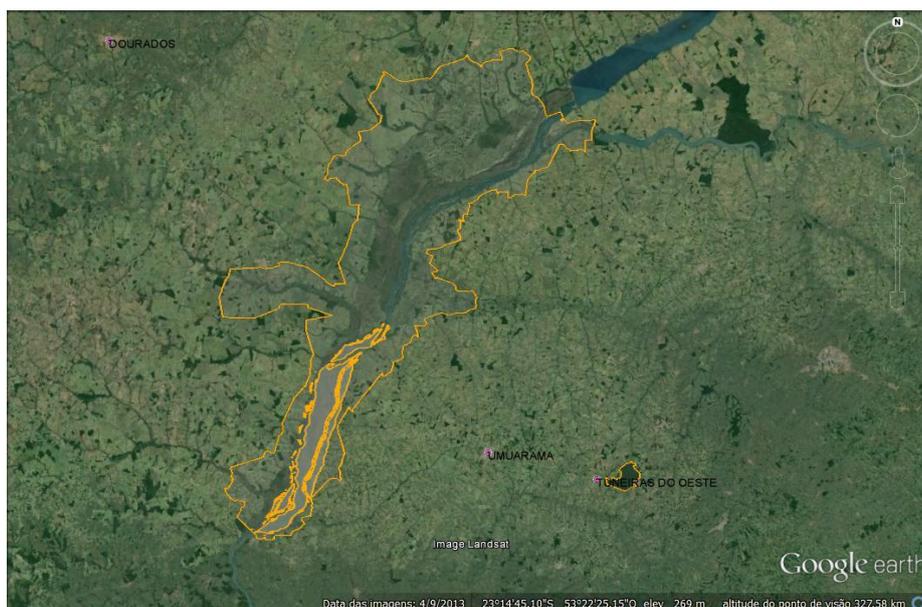
A integração da FLONA de Açungui no APM deverá ser melhor discutida com as equipes das UCs. Atualmente a FLONA e PARNA Guaricana utilizam-se de sede compartilhada no município de Campo Largo



APM Rio Paraná

APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, PARNA de Ilha Grande e REBIO das Perobas

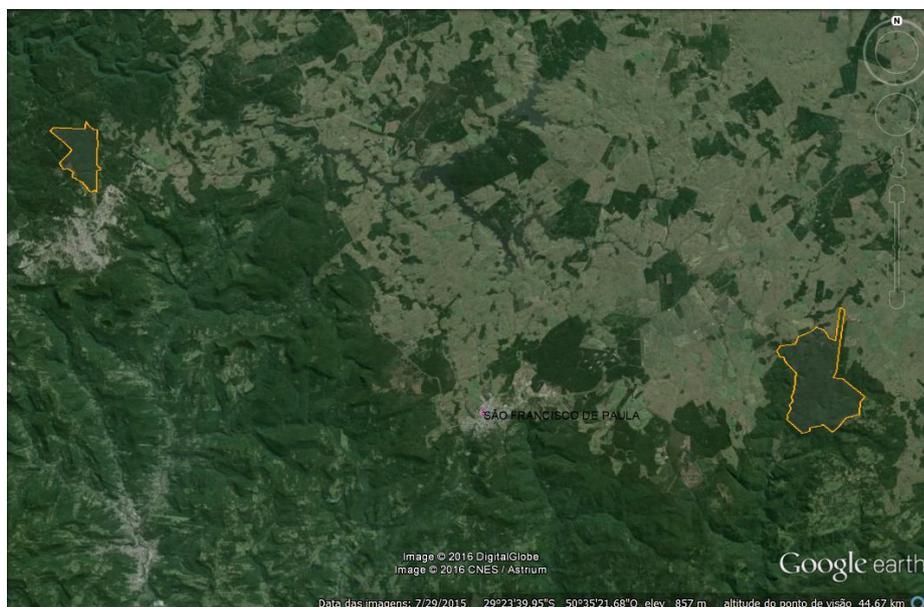
A Coordenação Regional sugere alguma forma de apoio mútuo entre o NGI Rio Paraná e REBIO Perobas, especialmente com as ações de fiscalização, mantendo a sede da REBIO Perobas em Tuneiras do Oeste.



APM Canela – São Francisco de Paula

FLONA de Canela e FLONA de São Francisco de Paula

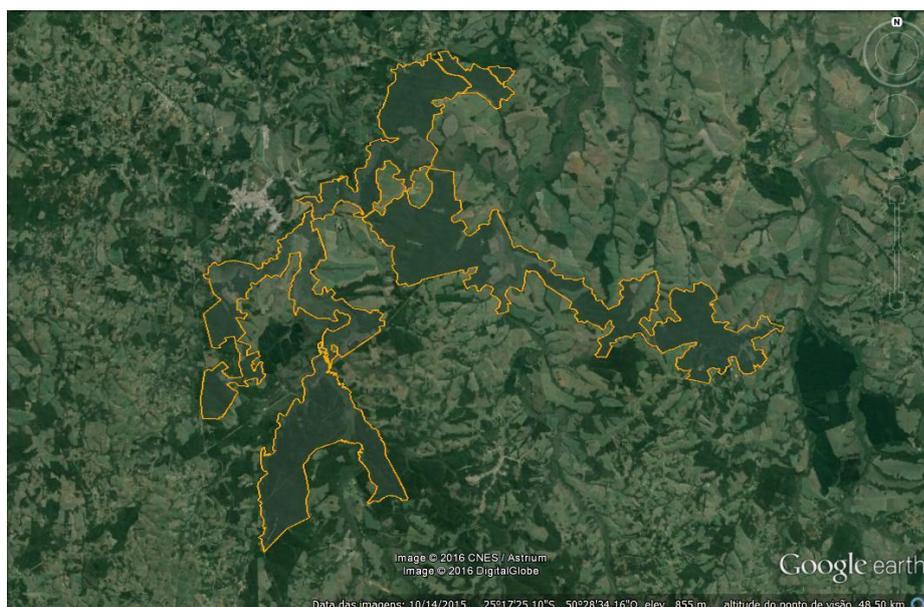
Coordenação Regional acredita que deve haver institucionalização de algumas ações conjuntas entre as FLO-NAS, devendo, no entanto, permanecer as sedes e chefias para cada UC. Sugestão de que não haja redução de cargos, devido ao potencial de arrecadação na FLONA Canela em razão das ações de uso público e proximidade com a região de Gramado, e na FLONA São Francisco de Paula, devido à sua dimensão, potencial de alienação de madeira, visitação histórica e articulação com universidades para realização de pesquisas.



APM Araucárias - Irati

FLONA de Irati e REBIO das Araucárias

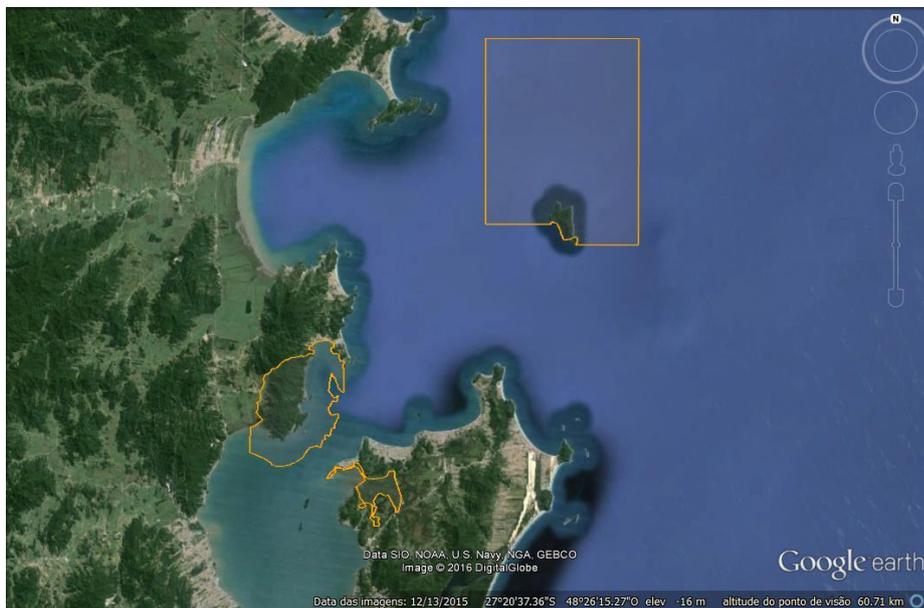
A Coordenação Regional considera que as UCs devem desenvolver apoio mútuo nas ações de proteção, porém a gestão da REBIO está mais vinculada a sede do município de Ponta Grossa. A FLONA Irati tem sede própria, no interior da UC.



APM Litoral de Santa Catarina

APA Anhatomirim, ESEC de Carijós e REBIO Marinha do Arvoredo

Coordenação Regional entende que possa ser institucionalizado o APM das três UCs – ESEC Carijós, APA Anhatomirim e REBIO Arvoredo – com sede única e compartilhada em Carijós. Porém, ressalta que a REBIO Arvoredo deva possuir sede própria com marina ao norte da Ilha de Santa Catarina, o mais próximo possível da UC e, considerando que há grande montante de recurso de compensação nesta Unidade, sugere que haja investimento para consolidação desta sede.

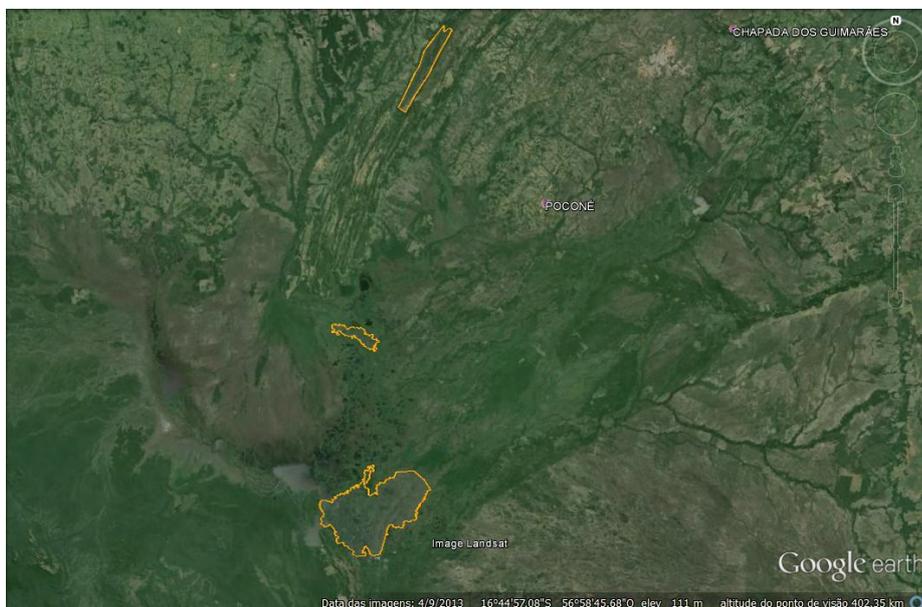


Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 10

APM Pantanal

ESEC da Serra das Araras, ESEC de Taimã e PARNA do Pantanal Matogrossense

Unidades têm resistência à instalação do agrupamento, pois temem que um arranjo formal será pior para as UCs, em função da carência de servidores. A ESEC Taimã e o PARNA do Pantanal já têm uma atuação mínima em conjunto e, a despeito da dificuldade de acesso das duas, é possível estabelecer um regime de apoio. Neste caso, certamente o PARNA terá menos condições de fornecer apoio. É possível pensar, também, em unir a este conjunto a ESEC Serra das Araras, que também usa o mesmo espaço físico que as duas UCs em Cáceres. Há tam-



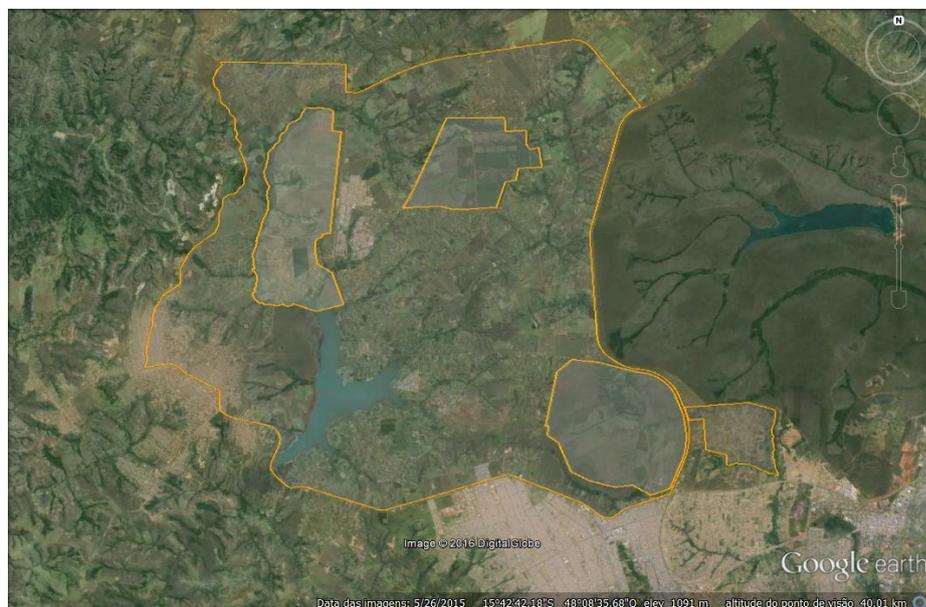
bém uma cooperação atual envolvendo as Estações Ecológicas. Esse temor em participar de alguma forma de agrupamento está parcialmente associado aos costumes e práticas de gestão historicamente adotadas pelas equipes das unidades.

Agrupamentos de UCs na Coordenação Regional 11

NGI Águas do Descoberto

APA da Bacia do Rio Descoberto e FLONA de Brasília

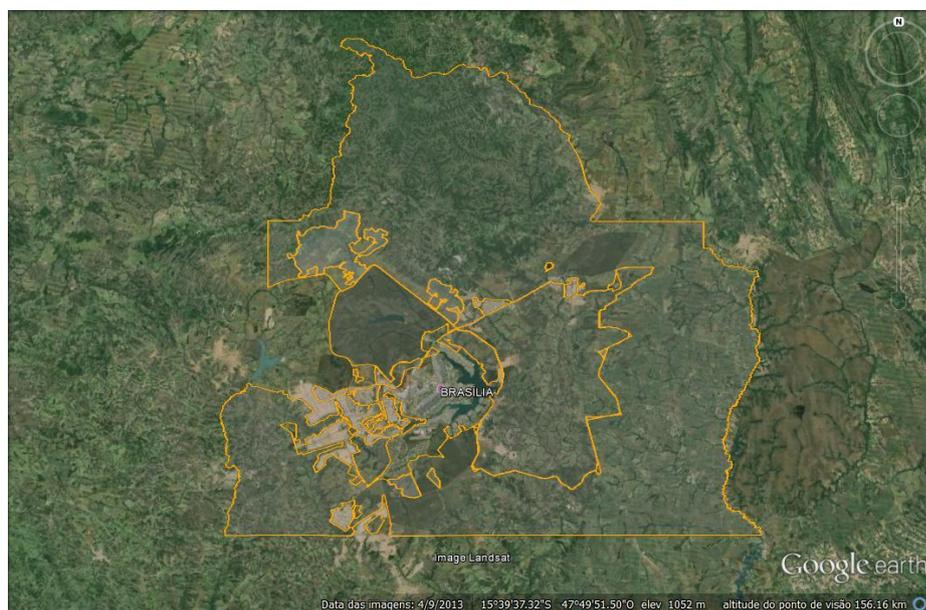
Coordenação Regional entende que do mesmo modo que no NGI da Brasília, há alguma resistência por parte das equipes em implementar um NGI. No entanto, nos últimos anos, a partir da unificação da chefia da FLONA de Brasília e da APA do Rio Descoberto, a integração começou a ser implementada. CR acredita que esse NGI seja um caso a ser implementado no curto prazo.



NGI Brasília

APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, APA do Planalto Central, ARIE Capetinga/Taquara, PARNA de Brasília e REBIO da Contagem

Coordenação Regional entende as UC encontram-se em pleno processo de implementação da integração da gestão sob uma ótica territorial. Historicamente há uma grande resistência das equipes do PN Brasília, da RB Contagem e da APA Planalto Central em serem incluídos em um NGI. Nos últimos anos, a partir da unificação da chefia do PN e da RB, o processo começou a ser implementado de fato. Recentemente, os chefes entregaram proposta com passos através dos quais eles acreditam que seria possível implementar uma integração em um futuro próximo. A CR acredita que a implementação do NGI deva acontecer conforme sugestão apresentada pelas chefias.



NGI Cipó

APA Morro da Pedreira e PARNA da Serra do Cipó

Coordenação Regional informa que as unidades já atuam de forma integrada. Todo o planejamento das UCs, além da distribuição das equipes se dá por processos e com visão de gestão de territórios. No entanto, apesar dessa integração, ainda são mantidas duas chefias, o que às vezes gera dúvidas e confusões. CR acredita o NGI Cipó seja o caso mais adequado para imediata avaliação e aprimoramento.



NGI Peruaçu

APA Cavernas do Peruaçu e PARNA Cavernas do Peruaçu

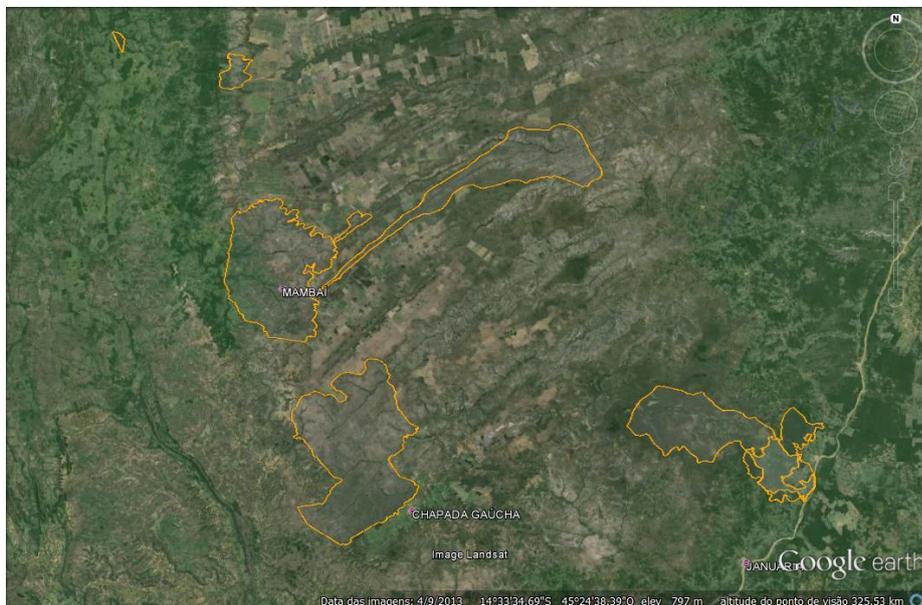
Coordenação Regional acredita que o agrupamento constitui uma situação adequada para imediata implantação, não havendo resistência das equipes.



APM Mambaí

APA das Nascentes do Rio Vermelho, FLONA da Mata Grande, PARNA Grande Sertão Veredas, RESEX do Recanto das Araras de Terra Ronca e REVIS Veredas do Oeste Baiano

Coordenação Regional informa que o arranjo tem extrema carência de pessoal, contando seis servidores para as cinco UC. Possuem grande potencial para o apoio mútuo, permanecendo como gargalo óbvio e de difícil resolução a dificuldade na fixação de servidores na região.



APM Lagoa Santa

APA Carste da Lagoa Santa, APA Morro da Pedreira, PARNA da Serra do Cipó e PARNA da Serra do Gandarela

A Coordenação Regional informa que o arranjo já funciona em termos de apoio mútuo em alguns processos como: protocolo, manutenção de veículos, combate a incêndios, apoio administrativo etc. Além dos processos citados, há demanda e projetos em fase de desenho, por exemplo para a viabilização de projeto de monitoramento por VANT no Cipó e no Gandarela.



APM Distrito Federal

APA da Bacia do Rio Descoberto, APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, APA do Planalto Central, FLONA de Brasília, PARNA de Brasília e REBIO da Contagem

Coordenação Regional entende que, a depender das decisões a serem tomadas em relação à implementação de uma base de CR em Brasília, o APM Distrito Federal pode ter diversos desenhos. O que nos parece essencial é a formação de um conselho de chefes que discuta as questões que envolvem interface entre as UC (que são a maioria) para que as decisões sejam coerentes e uniformemente tratadas junto ao GDF.

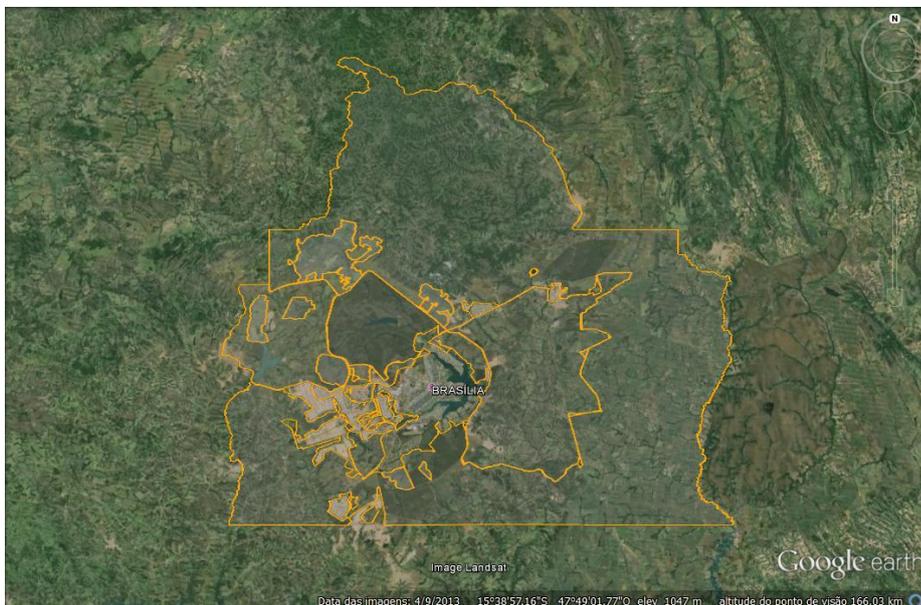
As UCs formularam uma proposta de articulação visando: (i) aumentar a eficiência da gestão das unidades; (ii) ampliar sua integração e articulação interinstitucional, englobando outras instituições e a sociedade civil; (iii) aumentar alinhamento das UCs às perspectivas da administração central do ICMBio.

A proposta está baseada nos seguintes pressupostos: (i) compatibilização com os novos arranjos institucionais que visam integração das unidades de conservação, para os quais apresentamos uma perspectiva de implementação gradual e planejada; (ii) a articulação interinstitucional deve seguir as diretrizes da administração central e ser eficiente, permitindo a construção de políticas públicas ambientais amplas no território e ao mesmo tempo envolver os servidores que executam estas políticas.

Será criado um conselho de UCs do DF e entorno, que trará para a gestão das unidades uma visão territorial integrada para os desafios conjuntos. O conselho será formado pelos chefes das unidades e seus substitutos e terá as seguintes atribuições: (i) indicar um representante, que tratará das demandas junto à outras instituições e a sede, e que estará em permanente contato com a CR para alinhar os posicionamentos; (ii) debater estratégias de conservação da região das unidades de conservação; (iii) elaborar um cronograma de ações conjuntas para implementar as estratégias; (iv) discutir as principais demandas das UC junto à outras instituições e elaborar propostas conjuntas; e (v) acordar plano de trabalho junto à Coordenação Regional.

O conselho deve reunir-se com periodicidade mínima mensal, podendo realizar reuniões extraordinárias. Todas as reuniões devem ter ata assinada pelos chefes e encaminhada à Coordenação Regional para apreciação superior dos encaminhamentos. Aquelas tratativas interinstitucionais específicas de uma unidade de conservação poderão ser tratadas pelo Chefe da unidade, em acordo com o conselho gestor e o Coordenador Regional. São ações a serem desenvolvidas pelo Conselho de UCs:

- Interlocução com órgãos do GDF para tratar elaborar o Plano de Proteção e melhorar as ações conjuntas entre as instituições.
- Realização de Seminários Regionais sobre Fiscalização Ambiental.
- Realização de Seminário conjunto com diversas instituições sobre Manejo Integrado do Fogo.
- Interlocução com a Secretaria de Agricultura do DF.



- Interlocução com Casa Civil do DF para tratar do grupo de proteção de invasão do solo no DF.
- Interlocução com CAESB, ADASA e ADAGO para proteção dos mananciais.
- Interlocução com as prefeituras de Padre Bernardo/GO, Planaltina de Goiás, Brazlândia, Águas Lindas de Goiás para ações conjuntas na região dos municípios.
- Elaboração de selo verde para produtos produzidos na APA do Planalto Central e entorno das UC.
- Divulgação das unidades para comunidades e instituições públicas e privadas.
- Elaboração de agenda de discussões com IBRAM buscando alinhamento para tratar de processos de autorização para licenciamento ambiental.
- Articulação com IBAMA, SPU e BPMA para atuação conjunta no Lago Oeste, Núcleo Rural Boa Esperança II, Setor Habitacional do Torto, interior das unidades de Proteção Integral e seu entorno imediato, Águas Lindas de Goiás e perspectivas para outras regiões.
- Articulação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.
- Articulação com a Secretaria do Turismo e Lazer do Distrito Federal.
- Interlocução com o Exército Brasileiro.
- Interlocução com forças policiais diversas.
- Articulação com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Considerando o contexto atual de gestão, as especificidades das unidades e suas equipes, como proposta inicial serão integradas formalmente as ações de proteção ambiental por meio da elaboração e execução de um Plano de Proteção Ambiental Conjunto. Além disto, o Conselho Gestor irá elaborar gradativamente propostas de outras ações integrativas. Sugere-se o seguinte cronograma inicial para instalação e funcionamento do Conselho de UCs do DF:

- Criação do Conselho: imediatamente após aprovação superior do presente documento.
- Designação de representante do conselho: até 1 semana após criação, prorrogável por igual período.
- Publicação de Ordem de Serviço para o representante: até 2 semanas após designação, prorrogável por igual período.
- Formalização de principais demandas interinstitucionais de cada unidade: até 1 mês após criação do conselho, prorrogável por igual período.
- Elaboração de proposta de ações conjuntas e integrativas para o próximo período de 1 ano: até 2 meses após a criação do conselho, prorrogável por igual período.
- Elaboração do Plano de Proteção Ambiental Conjunto Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, Parque Nacional de Brasília e Reserva Biológica da Contagem: até 6 meses, prorrogável por igual período.